Informações Trimestrais (ITR) em 31 de março de 2021 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais



Relatório da Administração / Comentário do Desempenho - 2021

São Paulo, 15 de dezembro de 2021. A Cencosud Brasil Comercial S.A anuncia seus resultados referentes ao 1º trimestre de 2021 (1T20). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de marco de 2021 e 2020 comparativos, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica – Geral (NBC TG) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estes demonstrativos são apresentados em Reais, e todas as taxas de crescimento, a menos que seja afirmado o contrário, referem se ao mesmo período de 2021.

Cencosud Brasil Comercial S.A.

Apresentação

No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira, a Cencosud Brasil Comercial S.A. apresenta, a seguir, o Relatório da Administração, comentando os resultados operacionais e financeiros relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Este relatório é parte integrante das Demonstrações Financeiras da Companhia, que seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB).

Cencosud Brasil Comercial S.A.

Destaques 1º. Trimestre 2021

Destaque Consolidado

	Consolidado (1)				
(R\$ milhões)		1T21	1T20	Δ%	
Receita Bruta		2.222	2.176	2,1%	
Receita Líquida		1.992	1.947	2,3%	
Custo dos Produtos Vendidos	-	1.556 -	1.491	4,4%	
Lucro Bruto		436	456	-4,4%	
% Margem Bruta		21,9%	23,4%	-1,5 p.p.	
Desp. com Vendas	-	263 -	255	3,2%	
% da Receita Líquida		-13,2%	-13,1%	-0,1 p.p.	
Desp. Gerais e Adm.	-	134 -	191	-30,1%	
% da Receita Líquida		-6,7%	-9,8%	3,1 p.p.	
Outras Despesas e Receitas Operacionais		11 -	4	383,3%	
EBITDA (4)		139	99	40,5%	
% Margem EBITDA		7,0%	5,1%	1,9 p.p.	
Lucro Liquido - Controlador		(32)	(39)	18,4%	
% Margem Líquida		-1,6%	-2,0%	0,4 p.p.	

Destaque por Segmento

	Varejo (2)			At	acado (3)
(R\$ milhões)	1T21	1T20	Δ%	1T21	1T20	Δ%
Receita Bruta	2.024	2.012	0,6%	198	163	21,1%
Receita Líquida	1.812	1.804	0,5%	180	143	25,7%
Custo dos Produtos Vendidos	- 1.409 -	1.367	3,1%	- 147 -	124	19,1%
Lucro Bruto	404	437	-7,6%	33	20	67,2%
% Margem Bruta	22,3%	24,2%	-1,9 p.p.	18,1%	13,6%	4,5 p.p.

⁽¹⁾ Consolidado considera os resultados das operações da Cencosud Brasil Comercial S.A., Mercantil Rodrigues e Perini; (2) Considera os resultados das operações das Bandeiras GBarbosa, Bretas, Prezunic e Perini; (3) Considera os resultados da Bandeira Mercantil Rodrigues e lojas Bretas Atacado (4) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Mensagem da Administração

Nesse trimestre alcançamos crescimento de vendas mesmo com um cenário mais desafiador com diversas restrições ao comércio, por conta do agravamento da pandemia, mesmo para nossas operações que são consideradas essenciais, trazendo reduções nos horários de funcionamento com restrições para os horários de abertura e fechamento de lojas, funcionamento nos finais de semana, assim como muitas restrições para venda de categorias como bebidas, eletro, bazar e outros produtos que não são alimentares ou de higiene.

Adicionalmente, a falta do auxílio emergencial também agravou o cenário trazendo comprometimento de vendas, assim como a gradual reabertura de shoppings, que mesmo com as aberturas, carecem de clientes circulando e comprando, contribuindo para redução na margem bruta e aumento de despesas, assim como a não renovação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda no trimestre não permitu a redução de despesas.

Apesar do acima exposto conseguimos crescer market share, principalmente, no Nordeste e Rio de Janeiro, além de apresentar EBITDA 41% maior que no mesmo período do ano anterior.

Já ampliamos para 24 lojas com vendas digitais via nosso e-Grocery e com CRM, ou via nossas parcerias com Cornershop, em 33 lojas, e Rappi, em 36 lojas.

Implementamos muito rapidamente nossa nova Bandeira, a SPID35, modelo de loja de conveniência com objetivo de entrega em até 35 minutos. A Bandeira e modelo foi anunciado pela nossa matriz no Chile e lançado por lá em 15 de janeiro desse ano, e já conta com operação em todos os cinco países onde o Grupo Cencosud atua, a saber, Chile, Argentina, Brasil, Colômbia e Peru. A primeira loja aqui no Brasil foi inaugurada ao final de março no Rio de Janeiro, em nossa loja do Recreio.

Estamos avançando com nosso plano de reforma e modernização de 100% de nossas lojas, assim como a conversão de 28 lojas de supermercado em atacado, principalmente em Minas Gerais e Goiás, visando atender os clientes desse segmento, aumentar as vendas e nossa rentabilidade.

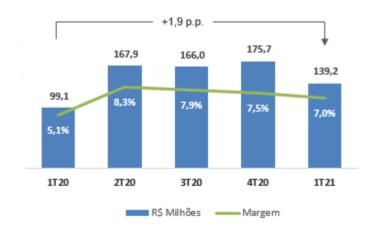
Conciliação do EBITDA com o Lucro Líquido

	Consolidado			
(Em milhões de reais)	1T21	1T20		
EBITDA	139	99		
Margem EBITDA	7,0%	5,1%		
	Consol	idado		
(Em milhões de reais)	1T21	1T20		
Resultado líquido do exercício	(32)	(39)		
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(40)	(5)		
(+) Resultado financeiro, líquido	(43)	(41)		
(+) Depreciação e amortização	(89)	(92)		
EBITDA	139	99		
Receita operacional líquida	1.992	1.947		
Margem EBITDA	7,0%	5,1%		

Representatividade de venda líquidas por Formato

Receita	1T21				
Liquida	Vendas	% Total			
(R\$	Totais	Lojas			
Varejo	1.812	91,0%			
Atacado	180	9,0%			
Total	1.992	100,0%			

Evolução da rentabilidade – EBITDA



Outras Receitas e Despesas

	Co	Consolidado			
(R\$ milhões)	1T21	1T20	Δ%		
Apropriação de Receita Diferida	1	1	0,0%		
Resultado de Acordo Operacional	8	3	163,7%		
Variação Cambial	(3)	(6)	-52,7%		
Plano de opções de ações	-	-	0,0%		
Outras Receitas, Líquidas	4	(3)	-244,1%		
Total	11	(4)	-383,3%		

Resultado Financeiro

	Consolidado		
(R\$ milhões)	1T21	1T20	Δ%
Receitas financeiras			
Receitas financeiras de depósitos bancários de curto prazo	1	1	22,1%
Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas	-	-	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	0,0%
Créditos tributários ICMS na base do PIS e da COFINS	4	-	0,0%
Outras receitas financeiras	0	0	124,5%
Receitas financeiras	5	1	465,9%
Despesas financeiras			
Despesas com juros de financiamentos	(9)	(6)	56,6%
Despesas com juros e atualização monetária	(5)	(4)	27,8%
Ajuste a valor presente	(10)	(20)	-47,7%
Passivos de arrendamento	(24)	(12)	101,4%
Outras despesas financeiras	(0)	(1)	-70,0%
Despesas financeiras	(48)	(42)	14,7%
Despesas financeiras, líquidas % Receita Líquida	(43) -2,1%	(41) -2,1%	4,5%

O resultado financeiro líquido no trimestre foi negativo em R\$ 43 milhões, representando 2,1% da receita líquida.

Dívida Líquida

Desde 2019 não temos empréstimos e financiamentos há boa gestão de caixa de forma que não se fez necessário contratar novos empréstimos.

Investimentos

	С	Consolidado			
(R\$ milhões)	1T21	1T20	Δ%		
Reformas e Conversões	5,9	8,9	-34,3%		
Manutenções	12,5	2,3	439,8%		
Sistemas e Outros	2,0	0,6	251,8%		
Total Investimentos	20.4	11.8	72.6%		

Movimentação de Lojas por Segmento

	31.12.2020						31.03.2021
	N. Lojas	Abertas	Abertas por Conversão	Fechadas	Fechadas p/ Conversão	N. Lojas	Área de vendas m² (mil)
Varejo	332	1		-1	-8	324	484
Atacado	8		8			16	58
Consolidado	340	1	8	-1	-8	340	542

Balanço Patrimonial

Ativo

	Conso	lidado
(R\$ milhões)	31.03.2021	31.03.2020
Ativo Circulante	1.606	1.827
Caixa e equivalente de caixa	355	561
Contas a receber	37	136
Estoques	914	871
Tributos a recuperar	238	200
Adiantamentos a Fornecedores	1	1
Outros ativos	62	57
Ativo Não Circulante	4.107	4.557
Tributos a recuperar	499	505
Depósitos judiciais	54	52
Imposto de renda e contribuição social diferidos	593	633
Ativo Indenizável	55	36
Imobilizado	675	1.075
Ativos de Direito de uso	694	716
Intangível	1.536	1.539
Total do Ativo	5.713	6.384

/d) M-4--

Passivo

	Consc	olidado
(R\$ milhões)	31.03.2021	31.03.2020
Passivo Circulante	1.958	2.217
Fornecedores	1.481	1.675
Empréstimos e financiamentos	-	-
Tributos a recolher	64	72
Parcelamento de tributos	11	12
Provisão de férias e encargos	80	69
Partes relacionadas	1	0
Participação dos empregados nos lucros	14	71
Receitas diferidas	6	6
Passivos de arrendamento	180	186
Credores por aquisição de controladas	30	29
Outros passivos	91	97
Passivo Não Circulante	1.051	1.059
Empréstimos e financiamentos	-	-
Parcelamentos de tributos	25	28
Receitas diferidas	130	131
Provisões para contigências	132	107
Passivos de arrendamento	749	778
Credores por aquisição de controladas	15	14
Patrimônio líquido	2.704	3.108
Capital social	6.431	6.801
Reserva de capital, ajuste de avaliação patrimonial	(6)	(6)
Prejuizos acumulados	(3.722)	(3.687)
Total do Passivo	5.713	6.384

Demonstração de Resultado do Exercício 10 Trimestre 2021 e 2020

	Consolidado		
(R\$ milhões)	1T21	1T20	Δ%
Receita Bruta	2.222	2.176	2,1%
Receita Líquida	1.992	1.947	2,3%
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.556)	(1.491)	4,4%
Lucro Bruto	436	456	-4,4%
% Margem Bruta	21,9%	23,4%	-1,5 p.p.
Desp. com Venda	(263)	(255)	3,2%
% da Receita Líquida	-13,2%	-13,1%	-0,1 p.p.
Desp. Gerais e Adm.	(45)	(99)	-54,4%
% da Receita Líquida	-2,3%	-5,1%	2,8 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	11	(4)	383,3%
Depreciação e Amortização	(89)	(92)	-4,2%
EBIT - Lucro Op. antes do Result. Financeiro e impostos	51	7	661,6%
Despesas Financeiras líquidas	(43)	(41)	4,5%
Resultado Financeiro Líquido	(43)	(41)	4,5%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	8	(34)	123,5%
Imposto de Renda	(40)	(5)	-695,2%
Lucro Líquido Companhia	(32)	(39)	18,4%
% Margem Líquida	-1,6%	-2,0%	0,4 p.p.
EBITDA (1)	139	99	40,5%
% Margem EBITDA	7,0%	5,1%	1,9 p.p.

⁽¹⁾ Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização;

Fluxo de Caixa – Consolidado

	Consolidado	
(R\$ milhões)	31.03.2021	31.03.2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição		
social	8	(34)
Ajuste		
Depreciação e amortização	51	42
Amortização direito de uso	39	52
Amortização de receita diferida	(2)	(2)
Contingências, perda na realização de ativos, e	()	()
outras	11	25
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado	2	9
Juros e variações monetárias	-	-
Juros sobre arrendamentos	24	12
Ajuste a valor presente	(1)	1
	133	105
Variação nos ativos e passivos		
Contas a receber	100	(18)
Estoques	(42)	(4)
Tributos a recuperar	(32)	(30)
Outros ativos	(26)	16
Fornecedores e partes relacionadas	(193)	13
Tributos a recolher	(11)	(15)
Provisão de férias e encargos	11	9
Participação dos empregados nos lucros	(56)	(30)
Provisão para contingências	13	(8)
Arrendamento	(5)	(2)
Outros passivos	(8)	5
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(116)	39
Caixa apricado has atividades operacionais	(110)	
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(116)	39
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	44-5	
Adições ao imobilizado	(19)	(11)
Adições ao intangível	(1)	(0)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(20)	(12)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de Arrendamentos	(70)	(66)
Aumento de capital	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(70)	(66)

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(207)	(39)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	561 355	409 370
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(207)	(39)

Evolutivo da Segregação das Vendas por Segmento

	Segmentação de Vendas Brutas por Negócio					
(R\$ milhões)	1T21	%	1T20	%	Δ%	
Varejo	2.024	91,1%	2.012	92,5%	0,6%	
Atacado	198	8,9%	163	7,5%	21,1%	
Consolidado	2.222	100,0%	2.176	100,0%	2,1%	
	Segmentaç	Segmentação de Vendas Líquidas por Negócio				
(R\$ milhões)	1T21	%	1T20	%	Δ%	
Varejo	1.812	91,0%	1.804	92,6%	0,5%	
Atacado	180	9,0%	143	7,4%	25,7%	
Consolidado	1.992	100.0%	1.947	100.0%	2.3%	

Composição das Vendas (% sobre Vendas Líquidas)

	Conso	olidado
(% sobre Vendas Líquidas)	1T21	1T20
Á Vista	46,7%	45,8%
Cartão de Crédito	43,9%	44,0%
Ticket Alimentação / Voucher	9,4%	10,2%

Relacionamento com Auditores independentes

As demonstrações financeiras da Cencosud Brasil Comercial S.A, individuais e consolidadas, foram examinadas pela Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes (PwC). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não advogar pela Cencosud ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas de independência vigentes.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 381/03, declaramos que, para o exercício findo em 31 de março de 2021, a PwC não prestou quaisquer outros serviços que não relacionados à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia.



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas Cencosud Brasil Comercial S.A. e suas controladas

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cencosud Comercial Brasil S.A. e suas controladas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Cencosud Comercial do Brasil S.A. e suas controladas

Ênfase

Reemissão das informações contábeis intermediárias

Chamamos a atenção para a Nota 2.3 às Informações Trimestrais (ITR), que descreve a atualização e reemissão das Informações Trimestrais (ITR) devido às circunstâncias descritas na referida nota explicativa. Emitimos nosso relatório de revisão com data de 28 de maio de 2021, sobre as Informações Trimestrais (ITR) emitidas anteriormente. Devido à atualização descrita na referida nota, fornecemos este novo relatório de revisão sobre as Informações Trimestrais (ITR) reemitidas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Salvador, 15 de dezembro de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo Contador CRC 1BA024501/O-9

Índice

Inf	formações contábeis intermediárias	
	Balanço patrimonial	3
	Demonstração do resultado	4
	Demonstração do resultado abrangente	5
	Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
	Demonstração dos fluxos de caixa	7
	Demonstração do valor adicionado	8
No	otas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias	
1	Contexto operacional	8
2	Resumo das principais políticas contábeis	10
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	14
4	Gestão de risco financeiro	15
5	Instrumentos financeiros por categoria	20
6	Caixa e equivalentes de caixa	2
7	Contas a receber	2:
8	Estoques	23
9	Tributos a recuperar	24
10		30
11	Investimento em subsidiárias	30
12		32
13	Arrendamentos	33
14	Intangível	38
15	Fornecedores	39
16	Tributos a recolher	40
17	Provisões para contingências	40
18	Imposto de renda e contribuição social diferidos	44
19	Receitas diferidas	45
20	1, 10	46
21	Credores pela aquisição de controladas e ativos	46
22	- ···	47
23		47
24	* *	48
25		49
26	\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	49
27		50
28	,	51
29		52
30		54
31	Resultado por ações	56
32		58
33		59
34	•	59
35	Eventos Subsequentes	60

Balanço patrimonial Em milhares de reais

			Controladora _		Consolidado				Controladora		Consolidado
Ativo		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	Passivo e patrimônio líquido		31/03/2021 (Reapresentado) (31/12/2020 Pagnasantado)	31/03/2021 (Reapresentado)	31/12/2020 (Pagnyagantado)
Circulante						Circulante		(Keapresentado) (Keapresentado)	(Keapresentado)	(Keapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 6)	348.803	555.440	354.655	561.169	Fornecedores	(Nota 15)	1.372.545	1.558.539	1.481.268	1.675.370
Contas a receber Estoques	(Nota 7) (Nota 8)	30.805 844.345	123.053 801.491	36.634 913.842	136.242 871.386	Tributos a recolher Parcelamentos de tributos	(Nota 16)	59.439 10.939	66.762 11.629	63.565 10.944	71.634 11.638
Tributos a recuperar Adiantamento a fornecedores	(Nota 9)	229.081 1.223	184.103 1.191	237.934 1.316	200.042 1.274	Provisão de férias e encargos Partes relacionadas	(Nota 30)	75.770 519	64.946 393	80.272 519	68.906 393
Outros ativos	(Nota 10)	127.191	118.650	61.534	57.082	Participação dos empregados nos resultados	(Nota 20)	13.819	66.927	14.459	70.809
		1.581.448	1.783.928	1.605.915	1.827.195	Receitas diferidas Passivos de arrendamento Credores por aquisição de controladas	(Nota 19) (Nota 13) (Nota 21)	6.381 169.171 29.768	6.317 172.951 29.158	6.381 179.693 29.768	6.317 185.589 29.158
						Outros passivos		84.922	90.978	91.081	97.460
								1.823.273	2.068.600	1.957.950	2.217.274
Não circulante						Não circulante					
Tributos a recuperar	(Nota 9)	461.342	496.772	499.460	505.318						
Partes relacionadas Depósitos judiciais Impostos de renda e contribuição social diferidos Ativo de indenização	(Nota 30)	116.793 45.912 573.785 54.607	106.895 43.266 611.419 36.021	54.415 593.479 54.607	51.771 633.483 36.021	Parcelamentos de tributos Receitas diferidas Provisão para contingências Passivos de arrendamento Credores por aquisicão de controladas	(Nota 19) (Nota 17) (Nota 13) (Nota 21)	25.312 129.707 126.222 696.774 14.504	27.840 131.286 100.660 721.414 14.429	25.312 129.707 132.445 748.998 14.504	27.840 131.286 106.946 778.139 14.429
		1.252.439	1.294.373	1.201.961	1.226.593	Perdas em investimento	(Nota 11)	81.445	91.029	14.504	14.429
								1.073.964	1.086.658	1.050.966	1.058.640
Investimentos	(Nota 11)	29.885	29.885			Patrimônio líquido	(Nota 22)				
Imobilizado	(Nota 12)	603.514	1.000.530	675.304	1.075.262	Capital social		6.431.464	6.801.464	6.431.464	6.801.464
Ativos de Direito de uso Intangível	(Nota 13) (Nota 14)	651.869 1.482.093	669.836 1.485.149	693.852 1.535.895	716.498 1.538.809	Ajuste de avaliação patrimonial Prejuízos acumulados		(5.923) (3.721.530)	(6.209) (3.686.812)	(5.923) (3.721.530)	(6.209) (3.686.812)
		4.019.800	4.479.773	4.107.012	4.557.162			2.704.011	3.108.443	2.704.011	3.108.443
Total do ativo		5.601.248	6.263.701	5.712.927	6.384.357	Total do passivo e patrimônio líquido		5.601.248	6.263.701	5.712.927	6.384.357

Demonstração do resultado Período de três meses findo em Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		ca Consolid	
Operações continuadas Receita líquida de vendas	(Nota 23)	2021 (Reapresentado) 1.820.423	2020 1,775.051	2021 (Reapresentado) 1.992.283	2020 1.946.880
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(Nota 24)	(1.422.968)	(1.347.988)	(1.556.095)	(1.490.640)
Lucro bruto		397-455	427.063	436.188	456.240
Despesas com vendas	(Nota 24)	(241.541)	(232.292)	(262.812)	(254.670)
Despesas gerais e administrativas	(Nota 24)	(124.995)	(178.474)	(133.547)	(191.085)
Equivalência Patrimonial	(Nota 11)	9.582	(8.713)		
Outras receitas (despesas), líquidas	(Nota 26)	9.591	(4.023)	10.849	(3.830)
Lucro operacional		50.092	3.561	50.678	6.654
Resultado Financeiro, líquido	(Nota 27)	(44.444)	(38.354)	(42.659)	(40.810)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		5.648	(34.793)	8.019	(34.156)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(Nota 28)	(37.634)	(4.394)	(40.005)	(5.031)
Prejuízo do período		(31.986)	(39.187)	(31.986)	(39.187)
Básico e diluído por ações (2020 - quotas) - R\$ (Nota 31)			_	(0,005)	(0,006)

Demonstração do resultado abrangente Período de três meses findo em Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do período	(Reapresentado) (31.986)	(39.187)	(Reapresentado) (31.986)	(39.187)
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do período	(31.986)	(39.187)	(31.986)	(39.187)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	7.068.634	(9.667)	(3.747.751)	3.311.216
Resultado abrangente do período Ajustes de exercícios anteriores Prejuízo do período			2.420 (39.187)	2.420 (39.187)
Em 31 de março de 2020	7.068.634	(9.667)	(3.784.518)	3.274.449
Em 1º de janeiro de 2021	6.801.464	(6.209)	(3.686.812)	3.108.443
Resultado abrangente do período Prejuízo do período (Reapresentado (Nota 2.3)) Custos de Ações Próprias Plano de opções de ações (Nota 31) (Reapresentado (Nota 2.3)) Cisão de Ativos (Nota 2.4)	(370.000)	286	(31.986) (2.732)	(31.986) (2.732) 286 (370.000)
Em 31 de março de 2021 (Reapresentado (Nota 2.3))	6.431.464	(5.923)	(3.721.530)	2.704.011

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de três meses findo em

Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado		
		2021	2020	2021	2020	
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(Reapresentado)		(Reapresentado)		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	o	5.648	(34.793)	8.019	(34.156)	
Ajuste Participação nos resultados de controladas	(Nota 11)	(9.584)	8.445			
Depreciação e amortização	(Nota 12 e 14)	46.627	38.311	51.294	42.013	
Amortização direito de uso	(Nota 13)	36.719	48.875	39.045	52.208	
Amortização de receita diferida	(Nota 27)	(1.515)	(1.564)	(1.515)	(1.564)	
Contingências, perda na realização de ativos, e outras	(Nota 17)	11.217	24.107	11.028	24.592	
Perda na baixa de ativos reconhecida no resultado Juros sobre arrendamentos	(Nota 12)	1.656 22.427	7.063 10.949	1.935 23.754	9.138 11.793	
Ajuste a valor presente		(648)		(697)		
		112.547	450 101.843	132.863	547 104.570	
Variação nos ativos e passivos Contas a receber		92.824		100.190		
			(10.502)	•	(18.336)	
Estoques		(43.483)	(7.679)	(42.310)	(4.355)	
Tributos a recuperar		(9.548)	(29.349)	(32.035)	(30.030)	
Outros ativos		(29.805)	11.319	(25.724)	15.927	
Fornecedores e partes relacionadas		(184.687)	27.335	(192.683)	13.375	
Tributos a recolher		(10.541)	(14.635)	(11.290)	(15.075)	
Provisão de férias e encargos		10.824	8.326	11.366	8.862	
Participação dos empregados nos lucros		(53.108)	(27.870)	(56.350)	(29.711)	
Provisão para contingências		13.739	(7.780)	13.021	(8.382)	
Arrendamento – Reajuste Contratos		(3.773)	(2.414)	(4.986)	(2.414)	
Outros passivos		(7.717)	6.128	(8.013)	4.975	
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(112.728)	54.722	(115.951)	39.406	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos Adições ao imobilizado	(Nota 12)	(17.292)	(10.312)	(19.223)	(11.460)	
Adições ao intangível	(Nota 14)	(895)	(325)	(1.136)	(337)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		(18.187)	(10.637)	(20.359)	(11.797)	
Empréstimos concedidos a controladas						
Recebimentos	(Nota 30)	90.955	131.574			
Empréstimos concedidos a controladas	(Nota 30)	(100.853)	(146.973)			
Pagamentos de Arrendamentos		(65.826)	(62.193)	(70.204)	(66.234)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(75.722)	(77.592)	(70.204)	(66.234)	
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(206.637)	(33.507)	(206.514)	(38.625)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no final do período		555.440 348.803	401.620 368.113	561.169 354.655	408.790 370.165	
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa		(206.637)	(33.507)	(206.514)	(38.625)	

Demonstração do valor adicionado

Período de três meses findo em

Em milhares de reais

			<u>Controladora</u>		Consolidado
	Notas	2021	2020	2021	2020
Receitas		(Reapresentado)		Reapresentado)	
Vendas brutas de produtos e serviços	Nota (23)	2.038.791	1.978.489	2.221.665	2.179.740
Outras receitas		48.397	44.206	48.042	43.268
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)		(2)	576	(29)	645
		2.087.186	2.023.271	2.269.678	2.223.653
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		(1.436.266)	(1.361.806)	(1.569.516)	(1.506.987)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	_	(172.692)	(186.410)	(184.903)	(200.482)
		(1.608.958)	(1.548.216)	(1.754.419)	(1.707.469)
Valor adicionado bruto		478.514	475.054	515.545	516.184
Depreciação, amortização, exaustão e impairment	Nota (24)	(81.283)	(85.276)	(88.514)	(92.414)
Valor adicionado líquido produzido	_	396.94 5	389.779	426.745	423.770
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação nos lucros de controladas	(Nota 11)	9.582	(8.713)		
Receitas financeiras	(Nota 27)	1.107	918	1.123	919
Valor adicionado total a distribuir	_	407.634	381.984	427.868	424.689
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		(139.977)	(142.262)	(149.474)	(152.493)
Benefícios		(8.010)	(39.393)	(7.226)	(41.896)
F.G.T.S		(11.027)	(12.201)	(11.799)	(13.125)
Impostos, taxas e contribuições		(*** = **)	(== 00.4)	(440.045)	(00.046)
Federais Estaduais		(115.549) (129.715)	(77.324) (120.534)	(110.045) (148.091)	(83.946) (140.316)
Municipais		(326)			
Remuneração de capitais de terceiros		(320)	(307)	(344)	(323)
Juros e Aluguéis		(35.016)	(29.150)	(32.875)	(31.777)
Remuneração de capital próprio		(33.010)	(29.130)	(32.0/3)	(31.///)
Lucros retidos/prejuízo do período		31.986	39.187	31.986	39.187
Valor adicionado distribuído	_	(407.634)	(381.984)	(427.868)	(424.689)

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

Cencosud Brasil Comercial S.A. ("a Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Mercantil Rodrigues" e "Perini"), atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos, comércio virtual (delivery) e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, atacado de auto serviços, lojas de eletro "eletroshow", farmácias, postos de combustíveis, delicatessen e cafés.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada em São Paulo/SP, que opera as bandeiras "G Barbosa", "Bretas" e "Prezunic". A Companhia também detém a totalidade das ações de participação societária nas Empresas Mercantil Rodrigues Comercial Ltda. e Perini Comercial Ltda., que operam respectivamente as bandeiras "Mercantil Rodrigues" e "Perini". A Companhia, em conjunto com suas controladas, é aqui definida como "Grupo".

A controladora final da Companhia é a Cencosud S.A., Companhia chilena listada na Bolsa de Valores de Santiago, no Chile.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 241.825 (2020 – R\$ 284.672) (consolidado R\$ 352.035 (2020 – R\$ 390.079). Durante o exercício de 2020, a capacidade de geração de caixa operacional da Companhia melhorou de maneira substancial em consequência dos melhores resultados apurados, com melhoria na geração de caixa operacional de 97% (83% consolidado) com relação ao exercício anterior, o que demonstra importante sinal de melhoria operacional e de geração de caixa da Companhia.

Em 2021, a Administração avaliou esta situação e concluiu que não existem dúvidas substanciais sobre a continuidade operacional da Companhia tendo em vista a robusta estrutura do grupo empresarial, o planejamento operacional da mesma com melhorias de performance e redução de custos e a melhoria recorrente dos resultados da Companhia, além disso a Companhia não possui dificuldades em renovações dos empréstimos obtidos junto às instituições financeiras bem como possui linhas de crédito já aprovadas para financiamento de suas operações, a Companhia possui planejamento de fluxo de caixa estruturado para atendimento das obrigações de curto prazo.

Em 27 de janeiro de 2021, concluiu-se o processo de conversão da Companhia de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima. Desta forma, diferentemente da sociedade limitada, que tem seu capital social formado por quotas e como ato constitutivo o Contrato Social, a Companhia, agora como sociedade anônima, passa a ter seu capital social formado por ações e como ato constitutivo o Estatuto Social. Em decorrência desse processo de conversão as quotas da Companhia foram convertidas para ações ordinárias na proporção de uma quota por uma ação ordinária, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2021, foi efetivada Cisão parcial de ativos da Companhia no montante de R\$ 370.000, para maiores detalhes vide a Nota 2.4 Cisão de ativos.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria em 15 de dezembro de 2021.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

(a) Impactos Covid-19

COVID 19 – Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos

A Pandemia do Covid-19 avançou rapidamente com um número significativo de pessoas infectadas ao mesmo tempo, causando impacto grandioso no sistema de saúde mundial. Para controle da proliferação do vírus, foram tomadas medidas que impactaram a rotina de toda sociedade, dentre elas a restrição da livre circulação de pessoas em locais públicos, fechamento temporário de comércio, serviços, escolas, restrição de voos, cancelamento de eventos, entre outros, que por sua vez impactam diretamente negócios vários setores da economia, com a redução da demanda para muitos bens e serviços.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas informações contábeis intermediárias. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Redução das ações promocionais / campanhas de marketing;
- Revisão dos contratos de serviços / Implantação do Comitê de Gastos;
- Adoção de medidas de flexibilização da relação de trabalho, baseado nas Medidas Provisórias (MPs) editadas pelo Governo Federal;
- Pagamentos de aluguéis proporcional aos dias de funcionamento de lojas, para os casos que ocorreram fechamentos de lojas

Embora algumas lojas do grupo tenham sido impactadas com o fechamento durante alguns dias devido a decretos emitidos em cada localidade regulamentando o funcionamento do comércio, percebemos o crescimento de vendas, além da melhora na margem comercial e redução das despesas operacionais, as vendas de supermercados foram bem maiores que o normal, em decorrência da essencialidade da atividade e do aumento da procura por alimentos e produtos de higiene nesse período de isolamento social.

Nas despesas operacionais apresentaram redução devido a iniciativas de diminuição das manutenções e serviços não essenciais e a necessidade de aprovação pelo comitê de gastos de despesas acima de R\$ 5 mil, resultando em redução nas linhas de marketing, Manutenção, TI, e serviços de terceiros em geral etc.

(b) Riscos de Liquidez/Geração de Caixa

Inicialmente é importante ressaltar que em 2019, pós IPO no Chile, o Grupo Cencosud, decidiu liquidar 100% dos empréstimos e financiamentos que tínhamos no Brasil, dessa forma, iniciamos e continuaremos sem empréstimos e financiamentos no Brasil durante 2021.

Como não temos empréstimos e financiamentos no Brasil, não houve impactos significativos em caixa nos meses da pandemia, tendo em vista o volume de vendas e EBITDA superior ao orçamento, além das medidas preventivas adotadas como precaução para preservar a liquidez/geração de caixa, adicionalmente, todos os limites de crédito "pré covid-19" da Cencosud Brasil, junto às instituições financeiras, se encontram disponíveis e ativos para utilização.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) <u>Continuidade Operacional</u>

A Administração tem avaliado as implicações do Covid-19 no cenário mundial e as medidas até o presente momento adotadas no intuito de controlá-lo e não visualiza no contexto atual qualquer risco de prejuízos a continuidade operacional da entidade, uma vez que a Cencosud fornece produtos essenciais à população, mantém a maioria das suas lojas em funcionamento durante o período da pandemia, garantindo aos clientes a qualidade e variedade de produtos, e demonstra em seus resultados de 2021 que vem conseguindo manter o crescimento apesar de todo contexto socioeconômico.

(d) <u>Impairment de ativos</u>

A Administração não visualiza, até a presente data, impacto significativo na atividade econômica da Companhia, que resulte em redução relevante de receitas ou aumento de custos operacionais, muito pelo contrário, identificamos aumento de receita mesmo com algumas lojas fechadas e aumento do EBITDA e melhora na geração de caixa, razão pela qual entende não haver necessidade de realizar um novo teste para identificação de eventuais perdas no valor recuperável dos seus ativos antes da data normal regular e anual, a ser realizada ao final do ano, inclusive em teste de impairment efetuado para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020 não apresentou a necessidade de constituição de impairment dos ativos.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações intermediárias estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo IASB – International Accounting Standards Board e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais – ITR.

Em conformidade com as normas acima e na avaliação da Administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas descritas abaixo, não estão sendo apresentadas. As demais estão sendo apresentadas de forma a permitir o perfeito entendimento dessas informações trimestrais se lidas em conjunto com as notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas não apresentadas:

Práticas e políticas contábeis; Estimativas e julgamentos contábeis críticos;

2.2. Práticas e políticas contábeis

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as informações relevantes próprias destas informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

2.3 Reapresentação das informações contábeis intermediárias, período de três meses findo em 31 de março de 2021.

A Companhia está reapresentando suas informações contábeis intermediárias originalmente aprovadas pela Diretoria em 28 de maio de 2021, referentes ao período findo em 31 de março de 2021, deem atendimento às solicitações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em conexão com o registro inicial de companhia aberta – categoria "A", relacionadas a:

(a) Notas 21 - Credores pela aquisição de controladas e ativos e 30.1 - Transações com partes Relacionadas

A Companhia divulgou informação complementar relativa à natureza de saldos e transações com partes relacionadas, bem como esclareceu que os saldos em aberto apresentados na Nota 21 não são com partes relacionadas.

(b) Nota 22 – Patrimônio líquido

No subitem Capital Social, a Companhia revisou sua divulgação relacionada a quantidade de ações no exercício corrente.

(c) Nota 26 – Outras Receitas, líquidas

A Companhia contabilizou os impactos contábeis relativos ao plano de remuneração baseado em ações, na rubrica de outras receitas, líquidas.

(d) Nota 28 - Reconciliação da taxa efetiva

A Companhia efetuou a abertura da rubrica de "outras diferenças permanentes", na Nota 28 (i) e da rubrica de "Crédito de IR/CS diferido não constituído" na Nota 28 (ii).

(e) Nota 29 – Informação por segmento

A Companhia revisou sua divulgação relacionada a abertura entre os segmentos operacionais, e incluiu a linha "Custo dos produtos vendidos".

(f) Nota 31 – Resultado por ações

A Companhia possui plano de incentivo baseado em ações, gerido pela controladora da Companhia, no Chile, conforme detalhado em Nota 31. Os impactos contábeis relacionados ao plano totalizam R\$ 3.457 no exercício anterior e R\$ 286 para o período de 3 meses findo em 31 de março de 2021, conforme Nota 2.3 (h) Efeitos da reapresentação.

(g) Nota 35 – Eventos subsequentes

A Companhia atualizou a nota com os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão das presentes demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Efeitos de reapresentação

			Controladora	
		31 de março de 202		
Balanço Patrimonial	Original	Ajuste	Reapresentado	
Passivo				
Circulante	1.823.273		1.823.273	
Não Circulante	1.073.964		1.073.964	
Patrimônio líquido			, , , ,	
Capital Social	6.431.464		6.431.464	
Reserva de capital	(9.667)	3.744	(5.923)	
Prejuizos acumulados	(3.717.786)	(3.744)	(3.721.530)	
Total Passivo e Patrimônio líquido	5.601.248		5.601.248	
Balanço Patrimonial			Consolidado	
		31 de	março de 2021	
	Original	Ajuste	Reapresentado	
Passivo			<u> </u>	
Circulante	1.957.950		1.957.950	
Não Circulante	1.050.966		1.050.966	
Patrimônio líquido	9		9	
Capital Social	6.431.464		6.431.464	
Reserva de capital	(9.667)	3.744	(5.923)	
Prejuizos acumulados	(3.717.786)	(3.744)	(3.721.530)	
Total Passivo e Patrimônio líquido	5.712.927		5.712.927	

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_			Controladora
		31 de	março de 2021
Demonstrações do Resultado	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receita líquida de vendas	1.820.423		1.820.423
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(1.422.968)		(1.422.968)
Lucro bruto	397-455		397-455
Despesas com vendas	(241.541)		(241.541)
Despesas gerais e administrativas	(124.995)		(124.995)
Participação nos resultados de controladas	9.582		9.582
Outras receitas, líquidas	9.877	(286)	9.591
Lucro (prejuízo operacional	50.378	(286)	50.092
Resultado Financeiro, líquido	(44.444)		(44.444)
Lucro (prejuízo antes do imposto de			
renda e da contribuição social	5.934	(286)	5.648
Imposto de renda e contribuição social diferido	(37.634)		(37.634)
Lucro (prejuízo) do exercício	(31.700)	(286)	(31.986)

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

_			Consolidado
		31 de	março de 2021
Demonstrações do Resultado	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receita líquida de vendas	1.992.283		1.992.283
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(1.556.095)		(1.556.095)
Lucro bruto	436.188		436.188
Despesas com vendas	(262.812)		(262.812)
Despesas gerais e administrativas Participação nos resultados de controladas	(133.547)		(133.547)
Outras receitas, líquidas	11.135	(286)	10.849
Lucro (prejuízo operacional	50.964	(286)	50.678
Resultado Financeiro, líquido	(42.659)		(42.659)
Lucro (prejuízo antes do imposto de			
renda e da contribuição social	8.305	(286)	8.019
Imposto de renda e contribuição social diferido	(40.005)		(40.005)
Lucro (prejuízo) do exercício	(31.700)	(286)	(31.986)
Básico e diluído por ações – R\$	(0,005)		(0,005)

2.4 Cisão de ativos

Em 31 de março de 2021 a Cencosud Brasil Comercial S.A realizou a cisão parcial de ativos da Companhia, com o objetivo de efetivar reorganização societária. A cisão foi realizada no montante de R\$ 370.000, referente a 40 imóveis próprios, efetuada mediante ato societário com a redução de capital no montante informado e aumento de capital na empresa Cencosud Brasil Imobiliária Ltda, partes relacionadas da Companhia, com ajustes no patrimônio líquido, os ativos cindidos são compostos da seguinte forma:

- 21 terrenos no montante de R\$ 141.585
- 18 lojas próprias com operação de varejo no montante de R\$ 206.258
- 1 galeria para sublocações no montante de R\$ 22.155

Os ativos em questão foram avaliados a valor contábil na data base de 31 de março de 2021, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada em 15 de abril de 2021.

Para essa operação os imóveis cindidos não resultaram em registro de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento por estarem abarcados em contratos 100% variáveis, os quais conforme exposto no CPC 06 R2, não são passíveis de contabilização à luz da referida norma.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o trimestre findo em 31 de março de 2021, não ocorreram mudanças nas estimativas e julgamentos contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco concentrase na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A administração estabelece procedimentos de gestão de riscos de liquidez e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade das duas operações e o seu patrimônio.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e busca proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de liquidez	Fornecedores	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco de Mercado - Cambio	Passivos em moeda estrangeira	Exposição cambial	Anâlise de contratação de Swap cambial
Risco de crédito	Contas a receber de administradoras cartão Caixa e equivalentes de	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito Diversificação de
	caixa	Acompanhamento do fluxo de caixa	instituições financeiras

(i) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, e a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e de câmbio e ao risco de crédito, e da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e algumas contas a receber.

São adotados procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas, protegendo a rentabilidade das suas operações e o seu patrimônio.

(ii) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- . Nível 1 precos cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- . Nível 2 informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- . O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis.
- . O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

Em 31 de março de 2021, a Companhia não possui ativos e passivos mensurados a valor justo

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente pela administração, a fim de garantir liquidez e para o atendimento dos limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais da Companhia.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e suas controladas é investido em depósitos bancários com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente e com risco insignificante de mudança de valor, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida pela Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Controladora
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2021				
Fornecedores	1.377.776			
Partes Relacionadas Credores por aquisição de controladas	496 30.142	14.536		
creatics por aquisição de controladas		14.550		
	1.408.414	14.536		
				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de março de 2021				
Fornecedores	1.486.858			
Partes Relacionadas	496			
Credores por aquisição de controladas	30.142	14.536		
	1.517.496	14.536		

(b) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas importam produtos para revenda e estão expostas ao risco cambial decorrente da exposição a flutuações de cotações de moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar norte-americano e Euro. Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do período.

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia e suas controladas administrem seus riscos cambiais em relação à sua moeda funcional. A administração julga que o nível de risco decorrente das operações de importação é baixo, visto que as operações realizadas são basicamente de importações para revenda e transações com partes relacionadas.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

O departamento de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas a prazo para clientes do varejo têm como principal meio de pagamento os cartões de crédito de melhor reputação no mercado, os quais não oferecem riscos relevantes de realização, uma vez que seus recebimentos são assegurados pelas respectivas administradoras.

Os adiantamentos a fornecedores são eventuais e efetuados somente a fornecedores selecionados por motivos específicos. A administração com base em operações históricas entende que não há risco de crédito com fornecedores.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais o Grupo está exposto no final do período.

Risco cambial

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de março de 2021, cujos efeitos refletem somente os impactos sobre os ativos e passivos monetários, análise de sensibilidade quanto à posição em aberto está demonstrada a seguir:

		Cenário Baixa do Dolar / Euro		Cenário Alta	do Dolar / Euro
Impactos da variação no dólar/euro	Cenário Base	25%	50%	25%	50%
Fornecedores (Euro)	13.484	(9.724)	(6.482)	16.206	19.447
Fornecedores (Dólar)	21.085	(15.184)	(10.122)	25.306	30.367
Fornecedores Total	34.538	(24.907)	(16.605)	41.512	49.815
Impacto no resultado	(1.326)	8.305	16.607	(8.300)	(16.602)

A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50% conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08.

A Companhia considera como cenário-base, uma desvalorização do real em 4% sobre o dólar norte-americano e o Euro, considerando uma taxa de câmbio futura de R\$5,69 (Dólar) e R\$6,68 (Euro) para 31 de março de 2021, baseada em referências de mercado com o impacto:

• R\$ (1.326) relativo as operações de compras junto a fornecedores estrangeiros.

4.2 Compensação de instrumentos Financeiros

Consolidado	Valor Bruto de passivos financeiros	Valor Bruto de ativos financeiros	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de março de 2021			
Contas a pagar	1.528.375	(47.107)	1.481.268
Contas a pagar ex-acionistas Bretas	77.694	(47.926)	29.768
	1.606.069	(95.033)	1.511.036
Consolidado	Valor Bruto de passivos	Valor Bruto de ativos	Valor líquido de passivos financeiros apresentados no
Consolidado	financeiros	financeiros	balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020	financeiros	financeiros	-
	<u>financeiros</u> 1.723.117	financeiros (47.747)	-
Em 31 de dezembro de 2020			balanço patrimonial

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de março de 2021 Contas a receber	37·332	(698)	36.634
	37.332	(698)	36.634
	Valor bruto de ativos financeiros	Valor bruto de passivos financeiros	Valor líquido de ativos financeiros apresentados no balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020 Contas a receber	138.114	(1.871)	136.242
	138.114	(1.871)	136.242

4.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer o retorno esperado aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para, por exemplo, reduzir, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em virtude da quitação dos empréstimos, a Companhia não possui dívida líquida vigente em 31 de março de 2021 e por consequência, não há índice de endividamento aplicável à Companhia.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora		Consolidado
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
	Instrumento s Financeiros a Custo Amortizado	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Instrumento s Financeiros a Custo Amortizado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de	348.803	555.440	354.655	561.169
caixa				
Contas a receber	30.805	123.053	36.634	136.242
Partes relacionadas	116.793	106.895		
Depósitos judiciais	45.912	43.266	54.415	51.771
	542.313	828.654	445.704	749.182

Controladora	31/03/2021 Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	31/03/2021 Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	1.372.545	1.372.545
Partes relacionadas	519	519
Credores por aquisição de controladas e ativos	44.272	44.272
	1.417.336	1.417.336
	31/12/2020	31/12/2020
	Instrumentos Financeiros a Custo	<u> </u>

Controladora	Financeiros a Custo Amortizado	Total
Passivos financeiros		
Fornecedores	1.558.539	1.558.539
Partes relacionadas	393	393
Credores por aquisição de controladas e ativos	43.587	43.587
	1.602.519	1.602.519

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2021	31/03/2021
Consolidado	Instrumentos Financeiros a Custo Amortizado	Total
Passivos financeiros		_
Fornecedores	1.481.268	1.481.268
Partes relacionadas	519	519
Credores por aquisição de controladas e ativos	44.272	44.272
	1.526.059	1.526.059
Consolidado	31/12/2020	31/12/2020
	Instrumentos Financeiros a Custo	
	Amortizado	Total
Passivos financeiros	Amortizado	Total
Passivos financeiros Fornecedores	Amortizado 1.675.370	Total 1.675.370
	_	
Fornecedores	1.675.370	1.675.370

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa geral Bancos contas movimento Aplicações de liquidez imediata (i)	24.947 12.418 311.438	41.647 25.820 487.974	26.648 16.569 311.438	44.498 28.525 488.146
	348.803	555.440	354.655	561.169

As aplicações de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente (i) certificados de depósito bancário ("CDB") e compromissos com remuneração média de 93% (2020 - 91%) do certificado de depósito interbancário ("CDI").

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Controladora			Consolidado
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Cartões de crédito				
Próprio (Credi-Hiper)	5.013	44.524	5.013	44.524
Terceiros	8.471	60.231	14.299	72.125
Comissões	(562)	(1.683)	(698)	(1.872)
Duplicatas a receber (i)	6.818	4.017	4.594	2.965
Convênios (ii)	11.516	16.991	13.897	19.552
Total em aberto	31.256	124.080	37.105	137.295
Ajuste a valor presente Provisão para impairment de contas a	(289)	(853)	(307)	(876)
receber	(162)	(174)	(164)	(177)
	30.805	123.053	36.634	136.242

- Saldo concentrado na operação de aluguéis a receber de espaços das lojas a galerias terceirizadas; (i)
- (ii) Os convênios são compostos por recebíveis advindos das operadoras de tickets alimentação e refeição.

(a) Composição das contas a receber por idade de vencimento

O valor e a natureza dos saldos a vencer e vencidos são apresentados como segue:

		Controladora		Consolidado	
Composição	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
A vencer Vencidos até 30 dias	27.416 2.088	121.390 1.731	32.226 3.159	133.062 3.161	
Vencidos entre 31 e 60 dias	160	18	167	12	
Vencidos entre 61 e 90 dias	207	2	206	5	
Vencidos a mais de 91 dias	1.386	939	1.347	951	
Total em aberto	31.256	124.080	<u>37.105</u>	137.295	

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia e suas controladas são mantidas em moeda nacional.

Saldos vencidos referem-se a operação de locação de espaço em lojas e galerias terceirizadas. O saldo em questão sofreu aumento após o início da pandemia, porém todos os procedimentos de cobrança estão em andamento, em linha com a política de PDD da Companhia.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes do Grupo são as seguintes:

		Consolidado		
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro Provisão para crédito de liquidação duvidosa Valores não usados, estornados	(174) (505) 507	(207) (4.856) 4.889	(177) (521) 534	(212) (4.906) 4.941
	(162)	(174)	(164)	(177)

(b) Operações com cartões de crédito

As operações com cartões de crédito são realizadas para recebimento em até 30 dias na modalidade de crédito rotativo, podendo ser parceladas em até 12 meses. Os recebíveis classificados como cartão de crédito próprio e de terceiros estão representados por saldos a receber da administradora do Credi-Hiper (Banco Bradesco) e das outras administradoras de cartões, respectivamente.

Os créditos por vendas parceladas estão registrados inicialmente pelo seu valor justo, representado pelos valores de face das vendas, descontados pelas mesmas taxas praticadas nas operações de antecipação de recebíveis, taxas essas compatíveis com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021, o resultado líquido da participação no Acordo Operacional do Credi-Hiper que foi transferido pelo Banco Bradesco S.A. à Companhia, líquido das perdas incorridas nas contas a receber, totalizou R\$ 8.207 (2020 - R\$ 3.299), reconhecido no resultado operacional consolidado e da controladora, na rubrica "Outras receitas, líquidas" (Nota 26).

Em 31 de março de 2021, as operações do Credi-Hiper representam 10,54% (2020 - 11,3%) do volume das vendas da Companhia.

8 Estoques

Listoques	Controladora		Consolidado		
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
Estoques de mercadorias para revenda localizados nas:					
Lojas	668.356	669.685	739.740	742.242	
Centros de distribuição	209.528	164.716	209.528	164.716	
	877.884	834.401	949.268	906.958	
Provisão para perdas nos estoques Ajustes a valor presente	(30.471) (3.068)	(31.065) (1.845)	(32.141) (3.28 <u>5</u>)	(33.578) (1.994)	
	844.345	801.491	913.842	871.386	

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As movimentações na provisão para perdas nos estoques são as seguintes:

Provisão para perdas no estoque		<u>controladora</u>	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Em 1º de janeiro Provisão para perda/obsolescência dos estoques Estorno de provisão para perdas nos estoques	(31.065) (19.156) 19.750	(29.533) (157.440) 155.908	(33.577) (21.169) 22.605	(32.294) (169.382) 168.098
Em 31 de março	(30.471)	(31.065)	(32.141)	(33.578)

9 Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários tão logo reúna entendimento jurídico, contábil, documental e factual sobre tais créditos, que permita seu reconhecimento. Essas análises incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas, iv) avaliação o contábil sobre o tema e, uma vez reconhecidos v) estimativa de realização monetária dos créditos.

Ao se registrar créditos tributários, são observadas sua natureza e origem para que se possa registrar nas devidas rubricas de resultado, conforme abaixo demonstrado:

- Créditos oriundos de compras registrados como redutor de "custo das mercadorias vendidas";
- Créditos oriundos de vendas, registrados como redutor de "deduções sobre vendas";
- Demais créditos registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados;
- Atualização monetária sobre créditos fiscais, registrados na rubrica de Resultado financeiro, líquido;

As realizações desses tributos são avaliadas tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos. Periodicamente a Companhia atualiza os estudos de recuperabilidade e com base nos mesmos, se necessário, ajusta seus saldos de provisão para perda.

		Controladora	Ora Conso		
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
PIS e COFINS (Nota 9.1) ICMS e ICMS (ST) (Nota 9.2) ICMS a recuperar ativo imobilizado (9.3) Imposto de renda retido na fonte (9.4) Outros	361.859 312.827 12.881 1.999 857	339.827 326.081 12.529 1.577 86 0	388.155 329.989 14.280 3.811 1.159	346.507 341.963 14.005 1.621 1.264	
Total	690.423	680.875	737.394	705.360	
Circulante	229.081	184.103	237.934	200.042	
Não circulante	461.342	496.772	499.460	505.318	

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação da provisão para perda

		<u>Controladora</u>		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	
Em 1º de janeiro Provisão para perda de créditos		(250.975)		(250.975)	
Valores não usados, estornados		<u>250.975</u>		<u>250.975</u>	
Período findo em					

9.1 PIS e COFINS

O PIS e a COFINS são contribuições arrecadadas pelo Governo Federal, previstas na Constituição Federal nos artigos 195 e 239. Estas duas contribuições incidem sobre as receitas auferidas pelas empresas (pessoas jurídicas). No regime não cumulativo ao qual a Companhia está submetida, as alíquotas previstas são, em regra geral, 1,65% para PIS/PASEP e de 7,6% para a COFINS. Neste regime é possível que as empresas registrem alguns créditos sobre determinados custos ou despesas incorridas, no caso da Companhia, esses créditos envolvem transações principalmente a Compra de mercadorias para revenda, depreciação, aluguel de lojas, energia elétrica, entre outros.

A realização estimada do saldo de PIS e COFINS a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado
Em 1 ano	97.149
Entre 1 e 2 anos	156.603
Entre 2 e 3 anos	134.403
Entre 3 e 4 anos	
Entre 4 e 5 anos	
Após 5 anos	
•	388.155

(a) Movimentação do saldo credor advinda da operação

A Companhia apura mensalmente, com base na legislação vigente, se há saldo devedor (tributo a pagar), ou saldo credor (acúmulo de créditos). Para formar essa apuração são levados em conta os débitos do tributo nas vendas de mercadorias e prestação de serviços, os créditos das compras de mercadorias e serviços, créditos proporcionais de depreciação, entre outros. Quando a subtração dos créditos apurados sobre dos débitos calculados nas operações de vendas resulta em saldo devedor, há tributo a pagar, no entanto, como a Companhia possui saldo acumulado de períodos anteriores, tal tributo a pagar reduz os créditos a recuperar, afastando a necessidade de tal recolhimento. Quando ocorre o inverso, ou seja, diversos créditos maiores que os débitos, haverá acúmulo de créditos e aumento do saldo acumulado.

A redução do saldo credor ocorre com a situação inversa, ou seja, os débitos apurados são maiores que os créditos. Adicionalmente, também há redução dos saldos credores de tributos mediante a compensação desses créditos com débitos de outros tributos federais, tais como o INSS, IRRF e outras retenções, IRPJ, CSLL, IPI etc.

(b) Trânsito em julgado ação de ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins

A Cencosud, visando excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, impetrou em 21 de junho de 2013, Mandado de Segurança alegando a ilegalidade e inconstitucionalidade da inclusão do imposto estadual na base de cálculo das contribuições. O STF proferiu decisão favorável ao contribuinte em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 em 15 de março de 2017. A ação judicial da Companhia transitou em julgado em junho de 2019, tornando definitivo e não passível de recurso, o direito a reconhecimento dos créditos da exclusão do valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições, no mínimo, dos cinco anos anteriores da data do ingresso da ação (21 de junho de 2013).

A Companhia reconheceu crédito tributário passível de mensuração confiável no montante de R\$ 251.063, sendo R\$164.602 de principal reconhecido na rubrica de Receita líquida (Nota 23) e R\$ 86.461 milhões de atualização pela taxa SELIC, relativos ao período de 2008 a 2017, sendo seus efeitos reconhecidos nas rubricas de Resultado financeiro, líquido (Nota 27).

Apoiada na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia entende que os créditos de PIS e COFINS reconhecidos estão amparados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial presente, a Companhia concluiu que:

- (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado à Companhia, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS na ação judicial própria:
- (ii) A modulação de efeitos julgada pelo STF deverá proteger os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do *leading case* e que já tiveram suas ações transitadas em julgado com

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

decisões favoráveis, como é o caso da Companhia, o que efetivamente ocorreu pós julgamento pelo STF em 13 de Maio de 2021 conforme descrito na Nota 35 de Eventos subsequentes;

(iii) o direito obtido judicialmente corresponde a crédito a recuperar mensurado com base no montante de ICMS efetivamente destacado nas notas fiscais de venda.

Com relação à compensação dos créditos, a Administração entende que a realização ocorrerá no prazo legal, conforme estudos de recuperação que consideram i) o histórico de realização, ii) as mudanças previstas para a atividade da Companhia. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico, elaborado em consonância com as diretrizes adotadas por todo o grupo no Brasil e no exterior e previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no Brasil e no Chile.

Adotando de forma consistente a interpretação descrita acima, a Companhia vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF no RE com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas e permanece avaliando constantemente a jurisprudência sobre a matéria.

Vale ressaltar que após obter sua decisão transitada em julgado, a Cencosud vem sendo permanentemente assessorada por escritórios de advocacia e consultorias tributárias buscando viabilizar todas as formas legais de monetização de seu crédito.

(c) Reversão do impairment de tributos durante o exercício de 2020

Ao longo do exercício de 2020 a Companhia efetivou a reversão das provisões para Impairment realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pós melhora substancial dos resultados em 2020, em função do melhor desempenho operacional, bem como também pelos efeitos da pandemia, que no segmento de comércio alimentício é atividade essencial, motivo pelo qual permaneceu com suas operações ativas e abertas, o que proporcionou incremento substancial nas vendas e margem, mudando para melhor a perspectiva de realização dos créditos tributários, conforme fatores detalhados abaixo:

- Aumento substancial das vendas e margem perfazendo apurações com débitos dos tributos;
- Geração de lucro contábil em 2020 e indicação de débito nas projeções de IRPJ e CSLL em 2021;
- Expectativa de pagar IPI em 2021 aumentando a possibilidade de compensação de créditos;
- Possibilidade de maior compensação do crédito com contribuições previdenciárias;

Os fatores acima proporcionaram revisão das estimativas de realização dos créditos tendo em vista a melhoria consistente dos resultados da Companhia, resultando em um cenário de realização ou monetização dos créditos tributários dentro do período prescricional de 5 anos.

Adicionalmente, considerando que o Conselho de Administração da matriz no Chile autorizou, ao final de novembro de 2020, em fato relevante, avançar com o projeto de abertura de capital de operação no Brasil, por meio de IPO, assim como, também anunciou o plano de investimento contemplando investimentos adicionais no Brasil na ordem de aproximadamente R\$ 959.598 (US\$ 180.000) até 2023, a administração considera que as projeções para realização dos créditos tributários são conservadoras, uma vez que esses investimentos vão incrementar e aumentar ainda mais o tamanho da operação no Brasil e por consequência irá aumentar o débitos de tributos.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Movimentação dos créditos - 1º trimestre de 2021

Durante o primeiro de trimestre de 2021, a Companhia reconheceu crédito tributário passível de mensuração confiável relativos a ação efetuada para as empresas controladas Mercantil Rodrigues e Perini, no montante de R\$ 17.263, sendo R\$13.189 de principal reconhecido na rubrica de Receita líquida (Nota 23) e R\$ 4.073 mil de atualização pela taxa SELIC, sendo seus efeitos reconhecidos nas rubricas de Resultado financeiro, líquido (Nota 27).

9.2 Impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS

O ICMS é um tributo estadual, incidente sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, regulamentado pela lei complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, e seus valores são devidos aos estados e Distrito Federal, a cada operação realizada. As alíquotas do tributo são variáveis conforme a origem e destino, se dentro ou fora do estado ou país, entre estados e conforme o produto ou mercadoria, entre outros fatores.

Também há a sistemática da substituição tributária do ICMS, conhecida como ICMS-ST, onde os Estados passam a cobrar antecipadamente o imposto do contribuinte industrial ou importador, substituindo, assim, toda a cadeia de tributação do ICMS. Trata-se da transferência da obrigação do recolhimento do imposto para o primeiro da cadeia. Cada Estado elabora a lista de produtos que entrarão na sistemática do ST e aplicam de forma individual uma Margem de Valor Agregado (MVA) ao produto, supondo a margem a ser realizada na venda final.

Ocorre que os Estados vêm ampliando a lista de produtos submetidos ao regime de substituição tributária, o que afeta muito o segmento de varejo, como a Companhia transfere mercadorias para outros Estados, diferentes, daqueles de que recebeu inicialmente, há a cobrança do imposto novamente. Essa sistemática, conhecida como "quebra de cadeia", garante ao estabelecimento o ressarcimento do imposto recolhido antecipadamente, para mitigar a cobrança de tributo duas vezes pelo mesmo produto.

Ainda os contribuintes passaram a ter, desde a decisão do STF no julgamento do RE nº 593.849/MG, o direito de ressarcir a diferença do imposto recolhido a maior quando a margem real da operação, ao final da cadeia for inferior à margem presumida (MVA) quando da incidência do ICMS-ST, o que geralmente acontece no varejo.

Tendo em vista o grande volume dos produtos no regime de substituição tributária, a Companhia vem acumulando um valor cada vez maior dessas restituições e para a sua devida compensação, a Companhia tem se valido de regimes especiais ou outros meios permissivos nas legislações estaduais.

A realização estimada do saldo ICMS e ICMS (ST) a recuperar, com base na melhor estimativa da Companhia, é apresentada a seguir:

	Consolidado
Em 1 ano Entre 1 e 2 anos Entre 2 e 3 anos Entre 3 e 4 anos	134.563 136.068 40.258 19.100
Entre 4 e 5 anos Após 5 anos	329.989

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reversão do impairment de tributos durante o exercício de 2020

Ao longo do exercício de 2020, a Companhia efetivou a reversão das provisões para *impairment* de ICMS onde pós a obtenção de algumas decisões favoráveis e fatores específicos da operação, obteve melhor perspectiva de realização dos créditos tributários, fatores detalhados abaixo:

- Agosto de 2020: Decisão administrativa favorável, no pedido de restituição protocolizado em 31 de março de 2019, junto ao Estado do Rio de Janeiro;
- Outubro de 2020: Proferida sentença favorável nos autos do Mandado de Segurança impetrado em 26 de outubro de 2016, junto ao Estado de Goiás, autorizando a cia a lançar os valores relativos ao excedente de ST em sua escrita fiscal;
- Melhoria substancial do resultado da Companhia durante o exercício de 2020, com o acréscimo da receita bruta em 9,3%, resultando em maior pagamento de impostos relacionados a receita e consequentemente na compensação de créditos tributários;
- Potencial de maximização das atividades a partir de investimentos a serem realizados com os recursos captados pelo IPO;

9.3 ICMS a recuperar ativo imobilizado

A companhia pode tomar crédito de ICMS sobre a compra de Ativo Imobilizado, desde que o bem seja utilizado na produção e ou comercialização de mercadorias. Para controle desses créditos a Companhia utiliza o CIAP (Controle de ICMS dos bens do Ativo Permanente), por regra o valor do crédito é aproveitado em 48 avos, ou seja, de forma parcelada. O CIAP foi criado para regulamentar o dispositivo da Lei que possibilita a todos os contribuintes de ICMS a apropriação do crédito nas aquisições que forem destinadas ao ativo permanente.

9.4 Impostos de renda retido na fonte

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) é uma obrigação tributária principal em que a Companhia está obrigada a reter do beneficiário da renda e posterior repasse ao Governo Federal, o imposto correspondente, nos termos estabelecidos pelo Regulamento do Imposto de Renda.

Durante os últimos exercícios a Companhia acumulou créditos principalmente oriundos de operações de empréstimos em moeda estrangeira, os quais foram totalmente liquidados no exercício de 2019, na conclusão das operações os ganhos apurados foram retidos na fonte pelas instituições bancárias gerando o crédito tributário da Companhia.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 **Outros ativos**

<u>-</u>	Controladora			Consolidado	
<u>-</u>	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
Contas a receber bonificação (i) Notas de Débito (partes relacionadas) (ii)	26.344 70.590	30.373 67.188	29.303	33.819	
Notas de Débito (JV)	18.349	9.974	18.349	9.974	
Outros Ativos	11.908	11.115	13.882	13.289	
Total	127.191	118.650	61.534	57.082	

- (i) Refere-se a operação recebíveis junto aos fornecedores de mercadorias em formato de compras bonificadas.
- (ii) Notas de débito para cobrança de custos compartilhados entre as companhias do mesmo grupo, controladora e controladas.

Investimentos em subsidiárias 11

Investimentos em subsidiárias (Controladora)

	31/03/2021
Saldo inicial em 1º de janeiro de	(61.144)
Participação nos prejuízos de controladas	
Mercantil Rodrigues	4.235
Perini	5.373
Realização de ativos identificados no momento da aquisição	9.608
Perini	(24)
	(24)
Em 31 de março de	(51.560)

Em 31 de março de 2021, os investimentos em controladas incluem ágio da controlada Perini, líquido dos efeitos de amortização e depreciação dos ativos identificados na combinação de negócios, no montante de R\$ 29.509 (2020 - R\$ 29.533).

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Participação direta 100% - Participação Negócio Mercantil Rodrigues Varejo e atacado Perini Varejo

Segue a participação da Companhia nos resultados das controladas (todas de capital fechado), como também no total de seus ativos e passivos:

			31 de 1	março de 2021
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do período
Mercantil Rodrigues (i) Perini (i)	237.974 85.625	276.637 128.407	(38.663) (42.782) (81.445)	4.209 5.373 9.582
	323.599	405.044	(81.445)	9.

			31 de dezembro de 2020			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do período		
Mercantil Rodrigues (i) Perini (i)	235.878 83.731	278.750 131.887	(42.872) (48.156)	(9.350) (8.750)		
	319.609	410.637	(91.029)	(18.100)		

⁽i) Devido a posição devedora do Patrimônio líquido das controladas Perini e Mercantil Rodrigues, foi efetuada provisão na controladora para perdas em investimentos em R\$ 81.455 de acordo com os requerimentos contábeis descritos no CPC 18 / IAS 28

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizado 12

								Co	nsolidado	Controladora
	Terreno s	Edificações e benfeitorias	Instalações e equipamentos		quipamentos de <u>informática</u>	Veículos	Total em operação	Imobilização em andamento (i)	Total	Total
Em 01 de janeiro de 2020	227.322	814.418	128.221	8.747	14.783	1.919	1.195.410	80.146	1.275.556	1.180.393
Adições		15.827	14.227	298	2.328		32.680		32.680	29.416
Baixas Transferências		(10.265)	(6.641)	(372)	(2.898)		(20.176)	(4.340)	(24.516)	(24.133)
Depreciação		(139.873)	(60.178)	(3.659)	(4.422)	(326)	(208.458)		(208.458)	(185.146)
Em 31 de dezembro de 2020	227.322	680.107	75.629	5.014	9.791	1.593	999.456	75.806	1.075.262	1.000.530
Custo total Depreciação acumulada	227.322	1.546.040 (865.933)	730.200 (654.571)	75.020 (70.006)	117.296 (107.505)	11.182 (9.589	2.707.060 (1.707.604)	75.806	2.782.866 (1.707.604)	2.522.192 (1.521.662)
Valor residual	227.322	680.107	75.629	5.014	9.791	1.593	999.456	75.806	1.075.262	1.000.530
Adições Baixas	14	5.264	12.794 (17)	318	623		19.013 (17)	210 (1.919)	19.223 (1.936)	17.292 (1.656)
Cisão dos ativos (ii) Depreciação	(219.172)	(144.469) (31.622)	(3.237)	(921)	(1.585)	(79)	(366.878) (47.245)	(3.122)	(370.000) (47.245)	(370.000) (42.652)
Em 31 de março de 2021	8.164	509.136	72.275	4.411	8.829	1.514	604.328	70.975	675.304	603.514
Custo total Depreciação acumulada	8.164	1.406.835 (897.699)	739.740 (667.465)	75.338 (70.927)	117.919 (109.090)	11.182 (9.668)	2.359.178 (1.754.849)	70.975	2.430.152 (1.754.849)	2.167.828 (1.564314)
Valor residual	8.164	509.136	72.275	4.411	8.829	1.514	604.329	70.975	675.304	603.514

O montante total da depreciação no consolidado do período vigente está dividido em R\$ 43.543 (controladora R\$ 39.233) lançadas no grupo de despesas e R\$ 3.701 (controladora R\$ 3.420) registrada nas rubricas de "Custo das mercadorias vendidas".

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, que inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, a qual é revisada anualmente.

- (i) As imobilizações em andamento referem-se a obras de construção ou de melhorias ainda não concluídas, seja em lojas próprias ou de terceiros.
- (ii) Baixa relativa a Cisão dos ativos no montante de R\$ 370.000 com ajuste no patrimônio líquido da sociedade e o aumento de capital na empresa Cencosud Brasil Imobiliária Ltda.

A Companhia e suas controladas arrendam imóveis de terceiros para operação de lojas nas quais são investidas em benfeitorias, segundo contratos de arrendamento operacional (aluguéis) com prazos variáveis, mas em sua maioria em 15 anos, com opção de renovação por igual período, no período vigente os saldos das despesas com depreciação dessa categoria no consolidado de R\$ 1.767 (R\$ 1.743 controladora).

Garantias

Em garantia das obrigações contraídas nos contratos de locação dos imóveis de propriedade do G. Barbosa & Cia. Ltda. e PROURB Empreendimentos Imobiliários e Comerciais Ltda. a Companhia celebrou instrumentos particulares pelos quais como mecanismo para assegurar os pagamentos dos aluguéis, multas previstas e quaisquer outros acessórios da locação, foram empenhados em favor dos locadores todos os bens, máquinas e equipamentos necessários às atividades e que estejam fisicamente nos imóveis objeto dos mesmos contratos no valor de R\$ 10.176 (2020 – R\$ 30.736) (Nota 33).

13 Arrendamentos

(i) Saldos reconhecidos no balanco patrimonial

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPCo6 (R2) / IFRS 16:

		<u>Controladora</u>	Consolid		
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
Ativos de direito de uso	651.869	669.836	693.852	716.498	
Total	651.869	669.836	693.852	716.498	

A determinação do prazo de arrendamento dos contratos de acordo com CPC o6 (R2) / IFRS 16, possuem estimativas críticas, os quais são determinados pela administração da Companhia, utilizando como premissa básica o prazo do contrato vigente e a expectativa de permanência no imóvel.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	Consolidado		
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
Passivos de arrendamentos Circulante Não Circulante	169.171 696.774	172.951 721.414	179.693 748.998	185.589 778.139	
Total	865.945	894.365	928.691	963.728	

Conforme indicado na Nota 2.4 Cisão de ativos, a Companhia cindiu 18 lojas própria à Cencosud Imobiliária Ltda. Dessa forma a Companhia passou a não ter o direito sobre essas lojas e, consequentemente, iniciou a operação de aluguel das mesmas junto à Parte relacionada.

As operações de aluguel junto à Cencosud Imobiliária Ltda. não resultaram em registro de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento por estarem abarcados em contratos 100% variáveis, os quais não possuem obrigatoriedade de registro conforme exposto no CPC 06 R2.

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

As demonstrações do resultado incluem os seguintes montantes relacionados a arrendamentos, decorrente da implementação do CPCo6 (R2) / IFRS 16:

_		Controladora		Consolidado
<u>-</u>	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (Nota 24)	(36.719)	(142.200)	(39.045)	(150.935)
Total _	(36.719)	(142.200)	(39.045)	(150.935)
		Controladora		Consolidado
_	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 27) Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos	(22,427)	(87.969)	(23.754)	(96.555)
em passivos de arrendamentos (incluídas em despesas administrativas - Nota 24)	(1.743)	(9.247)	(1.767)	(9.563)
Descontos de aluguel obtidos (incluídos em despesas administrativas (i)	1.073	8.047	1.184	8.601
Total	(23.097)	(89.169)	(24.337)	(97.517)

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Em decorrência da pandemia da COVID-19, o Grupo renegociou determinados contratos de aluguel e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma IFRS 16/CPC 06(R2) - "Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", o Grupo adotou o expediente prático previsto na norma de registrar as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R\$ 1.073 (Consolidado R\$ 1.184), diretamente no resultado do período e não como uma modificação de contrato.

Os pagamentos de arrendamentos durante o período de 2021 totalizaram na controladora R\$ 65.826 (R\$70.204 no consolidado).

(iii) Divulgações adicionais requeridas pela CVM

O Grupo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Grupo. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Formação da Taxa Nominal

	Taxa % a.a.
Custo da dívida Nominal em U\$	8,66
Inflação de Longo Prazo (Brasil)	4,06
Inflação de Longo Prazo (USA)	1,86
Custo da dívida Nominal	11,00

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	963.728
Pagamentos	(70.204)
Juros de arrendamentos	18.768
Ajuste de remensuração	16.399
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de marco de 2021	928.691

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

Maturidade dos contratos

Vencimento das prestações	
Menos de 1 ano Entre 1 e 2 anos Entre 2 e 5 anos Acima de 5 anos	199.657 239.681 469.029 466.835
Valores não descontados Juros embutidos	1.375.172 (446.481)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de março de 2021	928.691
Ativos de direito de uso	
A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:	
Saldo em 1º de janeiro de 2021 Ajustes por remensuração Despesa de depreciação	716.498 16.398 (39.04 <u>5)</u>
Saldo dos ativos de direito de uso em 31 de março de 2021	693.852
O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar em arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:	butido na contraprestação de
Fluxo de caixa	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento PIS/COFINS potencial (9,25%)	928.691 (85.904)
	842.787

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2021	2022	2023	Após 2023
Passivo de arrendamento Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	761.440	597.383	427.748	354.161
Taxa Real (efeito inflação) Variação	794.943 33.503	623.668 26.285	446.569 18.821	369.744 15.583
Direito de uso líquido - saldo final				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	546.130	416.057	295.237	236.681
Taxa Real (efeito inflação)	570.160	434.364	308.227	247.095
Variação	24.030	18.307	12.990	10.414
Despesa financeira				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	93.561	74.658	56.645	43.847
Taxa Real (efeito inflação)	97.678	77.943	59.137	45.776
Variação	4.117	3.285	2.492	1.929
Despesa de depreciação				
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	150.498	130.073	120.820	58.555
Taxa Real (efeito inflação)	157.120	135.796	126.136	61.131
Variação	6.622	5.723	5.316	2.576

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Intangível 14

								Consolidado	Controladora
	Ágio (i)	Fundo de comércio	Software	Marcas	Carteira de Clientes	Outros	Intangível em andamento	Total	Total
Em 01 de janeiro de 2020	1.357.221	15.422	35.713	144.736		999		1.554.091	1.500.571
Aquisições Transferências			2.371					2.370	1.901
Amortização		(1.990)	(15.565)			(97)		(17.652)	(17.323)
Em 31 de dezembro de 2020	1.357.221	13.432	22.519	144.736		902		1.538.809	1.485.149
Custo Amortização acumulada	1.357.221	61.494 (48.062)	197.945 (175.426)	144.736	41.016 (41.016)	1.630 (728)		1.804.041 (265.232)	1.736.572 (251.423)
Valor residual	1.357.221	13.432	22.519	144.736		902		1.538.809	1.485.149
Aquisições Baixa por Impairment Transferências			1.135					1.135	894
Amortização		(495)	(3.530)			(24)		(4.049)	(3.951)
Em 31 de março de 2021		12.937	20.124	144.736		878		1.535.895	1.482.093
Custo Amortização acumulada	1.357.221	61.494 (48.557)	199.080 (178.955)	144.736	41.016 (41.016)	1.630 (752)		1.805.176 (269.281)	1.737.467 (255.375)
Valor residual	1.357.221	12.937	20.124	144.736		878		1.535.895	1.482.093

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Testes de impairment do ágio e das marcas com vida útil indefinida

O Grupo avalia o ágio anualmente para verificar prováveis perdas (impairment), sendo a última avaliação efetuada no exercício de 31 de dezembro de 2020, não há indicativos de impairment e, portanto, não foi reconhecido no período provisões para impairment.

15 Fornecedores

	Co	<u>ntroladora</u>	Consolidado		
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
Fornecedores de Mercadorias Nacionais Fornecedores de Mercadorias Estrangeiras Fornecedores de Serviços Acordos comerciais (i) Ajuste a valor presente	1.298.990 40.409 81.298 (42.921) (5.231)	1.500.623 31.671 73.477 (43.308) (3.924)	1.405.216 40.943 87.806 (47.107) (5.590)	1.617.051 31.671 78.566 (47.747) (4.171)	
	1.372.545	1.558.539	1.481.268	1.675.370	

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores de mercadorias e serviços e possuem saldos pulverizados.

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norteamericanos e EURO.

(i) Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

Confirming

Em 26 agosto de 2009, a Companhia estabeleceu as regras do processo de antecipação de pagamento a fornecedores (Confirming), podendo ser antecipados pelos fornecedores títulos decorrentes da venda de mercadorias e serviços que estejam devidamente cadastrados e liberados para pagamento no sistema da Companhia, dessa forma a Companhia intermedeia entre os fornecedores e as instituições financeiras a antecipação das faturas.

O prazo mínimo para antecipação de um título é de 7 (sete) dias, contados a partir da data do processamento da antecipação.

Até o quinto dia útil de cada mês, o Banco deposita na conta da Companhia o prêmio pela realização das operações de antecipação. O saldo de confirming em 31 de março de 2021 na controladora é de R\$ 419.322 (2020 - R\$ 413.516) e no consolidado R\$ 452.166(2020 - R\$ 434.475) e está apresentado na rubrica de fornecedores. Todo o processo de antecipação é realizado pelos fornecedores não constituindo dessa forma empréstimos ou financiamentos à Companhia, a dívida com o fornecedor fica registrada na mesma rubrica do balanço patrimonial porque não tem diferença de natureza e de condições de prazo de pagamento antes e depois da antecipação.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Tributos a recolher

		Controladora		Consolidado
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Programa de Integração Social (PIS)	26.794 74	37.025 136	29.140 78	40.113 144
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) Instituto Nacional de Seguridade	340	628	362	666
Social (INSS)	17.566	17.342	18.722	18.435
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	3.871	5.487	4.094	5.821
Outros	10.794	6.144	11.169	6.455
	59.439	66.762	63.565	71.634

Provisões para contingências 17

110visoes para continge			Con	solidado	Controladora
	Trabalhistas, previdenciárias e cíveis	Tributárias	Riscos contingenciais diversos	Total	Total_
Em 1º de janeiro de 2020	56.142	12.645	38.942	107.729	101.868
Debitado à demonstração do Resultado	33.632	(16.426)		17.206	15.277
Combinação de negócios (i)			(2.920)	(2.920)	(2.920)
Liquidadas durante o exercício	(36.318)	21.249		(15.069)	(13.565)
Em 31 de dezembro de 2020	53.456	17.469	36.022	106.946	100.660
Debitado à demonstração do resultado	12.387	91		12.477	11.823
Combinação de negócios (i)			18.586	18.586	18.586
Liquidadas durante o período	(5.279)	(285)		(5.564)	(4.846)
Em 31 de março de 2021	60.564	17.274	54.608	132.445	126.222

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos em andamento, e estão discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, apoiadas por estimativas de seus consultores legais externos.

As adições ocorridas são contabilizadas em contrapartida a rubrica de "Ativo indenizável" e (i) são decorrentes das contingências advindas de combinação de negócios que foram prescritas ou pagas durante o ano.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os encargos das provisões para contingências, cujo risco recai sobre a Companhia e suas controladas são reconhecidos no resultado em "Despesas gerais e administrativas".

O montante de provisões constituídas contempla uma parcela substancial de contingências que estão vinculadas aos acordos de compra e venda dos negócios adquiridos. Segue abertura do saldo de contingências advindas das combinações de negócios classificadas como "Riscos contingenciais diversos".

		Controladora e consolidado			
	Trabalhistas e cíveis	Tributárias	Total		
Em 1º de janeiro de 2020 Adições	5.667	33.275 187	38.942 187		
Baixas	(611)	(2.496)	(3.107)		
Em 31 de dezembro de 2020 Adições Baixas	5.056 18.538	30.966 48	36.022 18.586		
Em 31 de março de 2021	23.594	31.014	54.608		
Não circulante	23.594	31.014	54.608		

As garantias contratuais decorrentes dos referidos acordos asseguram o direito à indenização junto aos vendedores, seja por dedução de parcelas vincendas de compromissos a pagar relacionados às quotas de participação adquiridas ou pela retenção de aluguéis vincendos.

A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

(i) Causas trabalhistas e previdenciárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se à indenização por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, horas extras, adicional de insalubridade, equiparação salarial e as consequentes diferenças reflexas sobre férias, 13º salário, FGTS e parcelas rescisórias. De acordo com os assessores jurídicos, as contingências e montantes classificados como de perda provável, alcançam R\$ 36.649 (2020 - R\$ 33.576)

(ii) Ações cíveis

As principais ações estão relacionadas a processos movidas por clientes, relacionadas a supostos furtos de veículos e/ou acessórios nos estacionamentos das lojas, alegações de defeitos em produtos, inscrição indevida de consumidores em órgãos de proteção ao crédito e acidentes de clientes nas lojas, além de demandas relacionadas ao atendimento de clientes e cobranças indevidas de juros e encargos financeiros relacionados ao cartão Cencosud. De acordo com os assessores jurídicos, as causas classificadas como de perda provável, alcançam R\$ 23.914 (2020 - R\$ 19.880).

(iii) Tributárias

As principais questões tratadas nessas contingências referem-se às demandas em processos movidos por autoridades fiscais, com ênfase na esfera federal em discussões relativas a obrigações tributárias do imposto de renda e contribuição social, Pis Cofins, além de discussões nas esferas estaduais relativas ao ICMS.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, considerando os assuntos classificados como de perda provável, em 31 de março de 2021, foi constituída provisão equivalente ao montante estimado de R\$ 17.274 (2020 - R\$ 17.469), valor equivalente a perda estimada.

As principais provisões de natureza tributária referem-se a:

- a) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, de fato gerador de 2010, Por considerar uma parte como risco provável, a Companhia realizou provisão contábil no montante de R\$ 21.145 (2020 R\$ 21.117)
- b) PIS Cofins: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários efetivada em maio de 2012, onde se discutia a inconstitucionalidade dos decretos de lei nº S 2445/88 e 2449/8, provisão contábil no valor de R\$ 7.032 (2020 R\$ 7.018).
- c) ICMS: Exigência do imposto por diferença em base de cálculo de mercadorias sob o regime de substituição tributária, fatos geradores de 2013 a 2019, a Companhia considera algumas parcelas das autuações como devidas, motivo pelo qual realizou provisão de R\$ 7.135 (2020 R\$ 7.110).

17.1 Perdas Possíveis

Contingências passivas com risco de perda classificadas como possível:

	<u>Controladora e</u>	Controladora e Consolidado		
	31/03/2021	31/12/2020		
Tributárias IRPJ / CSLL / IRRF (i) ICMS (ii) Pis Cofins (iii) Demais tributos	342.410 274.775 311.871 16.756 945.813	341.446 269.487 223.075 17.533 851.543		
Cíveis (ações indenizatórias) Trabalhistas	24.867 13.475	12.169 11.092		

Causas Tributárias

Em 31 de março de 2021, a Companhia com base na opinião de seus consultores jurídicos, mantinha procedimentos tributários classificados como "possíveis" que juntos totalizam R\$ 945.813 (2020) – R\$ 851.543).

É importante ressaltar que do valor total dessas contingências classificadas como perdas possíveis, R\$ 313.934 (2020 – R\$ 313.044) são de responsabilidade dos antigos proprietários das empresas Bretas, Prezunic e Mercantil Rodrigues, portanto, a Companhia mantém uma garantia contratual sobre esses processos.

As principais causas relevantes relacionadas aos passivos contingentes estão demonstradas abaixo:

(i) IRRF: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em dezembro de 2016 exigindo IRRF sobre pagamentos realizados a pessoas jurídicas prestadoras de serviço sem causa ou de operação não

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

comprovada, referente ao fato gerador de 2011, o valor atualizado em 31 dezembro de 2020 alcanca o montante de R\$ 201.133 (2020 - R\$ 200.530).

IRPJ/CSLL: Autuação de responsabilidade dos antigos proprietários, relativo a Bandeira Bretas. A Companhia recebeu autuação em novembro de 2015, pelo suposto descumprimento das obrigações tributárias relativas ao recolhimento do IRPJ e a CSLL, do fato gerador de 2010, tendo em vista a suposta constatação de que a autuada teria utilizado despesas não dedutíveis referentes (I) a pagamentos efetuados a sua controladora Ambapar – Amba Participações Ltda. ("Ambapar") e ainda (II) na contabilização de perdas referentes a recebimentos de créditos, os valores exigidos em 31 de março de 2021 são de R\$ 57.702 (2020 - R\$ 57.538).

IRPJ/CSLL sob ágio: Em junho de 2017 a Companhia recebeu autuação sob a alegação de exigência de IRPJ e CSL supostamente devidos no período de 2010 e 2011 pela empresa, em razão da glosa de despesas de amortização de ágio registrado nas aquisições das seguintes empresas: Bretas, G. Barbosa, Costa Azul e Super Família. Embora se tratem de aquisições entre partes independentes em todos esses casos, o fisco glosou as despesas respectivas sob alegações de (i) uso indevido de veículos de aquisição, (ii) supostas inconsistências em laudo de avaliação que justificaria parte do ágio, e (iii) Indevida consideração de patrimônio líquido negativo no cálculo de ágio. A cobrança em 31 de março de 2021 alcança o valor de R\$ 21.114 (2020 - R\$ 21.055).

(ii) ICMS: Exigência do imposto por diferença em base de cálculo de mercadorias, autuação de janeiro de 2020, referente a fatos geradores de 2016 e 2017, sob a alegação de não recolhimento do ICMS ST, tal autuação não prospera, uma vez que o auditor não observou a existência de regime especial de tributação obtido pela filial em questão, em 31 de março de 2021 os valores das autuações alcançavam o montante de R\$ 107.567. (2020 - R\$ 107.163)

ICMS: Exigência de multa por falta de obrigação acessória, autuação em Julho de 2019 por suposta falta de informação de documentos fiscais do período de 2014, 2016 e 2018, relativos às operações de circulação de mercadorias no bloco C da Escrituração Fiscal Digital - EFD, na forma e no prazo estabelecidos na Lei Estadual nº 7.651/2013. Os valores da discussão em 31 de março de 2021, R\$ 87.416 (2020 - R\$ 87.117).

(iii) Pis Cofins – Lei do Bem: A Companhia ingressou com Mandado de Segurança em janeiro de 2016 objetivando a manutenção da isenção de PIS e COFINS relativos a venda de produtos eletrônicos destinados ao projeto de inclusão digital do Governo Federal. Lei nº 11.195/2005 (conhecido com Lei do Bem), revogada parcialmente pela Lei nº 13.241/2015. Os valores da discussão em março de 2021 eram de R\$ 94.110 (2020 - R\$ 93.764).

Pis Cofins - Descontos Comerciais: A Companhia recebeu autuação em 2011 referente a exigência de Pis e Cofins do período de 2006 a 2010, sobre descontos comerciais, uma vez que tem acordos com seus fornecedores para descontar tais valores a título de redução de custo e reembolso de despesas. Todavia, a fiscalização entendeu que tal operação deva ser considerada como bonificação, ou seja, uma receita passível a tributação pelas mencionadas contribuições. A cobrança em 31 de março de 2021 está em R\$ 78.248 (2020 - R\$ 78.073).

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

				Controladora				Consolidado
Imposto Diferido	Diferenças Temporárias (i)	Prejuízos fiscais	Outras diferenças (ii)	Total_	Diferenças Temporárias (i)	Prejuízos fiscais	Outras diferenças (ii)	Total_
imposto Diretido Em 01 de janeiro de 2020	(314.627)	988.892	9.935	684.200	(317.806)	1.002.842	16.874	701.910
Ajuste de adoção inicial do CPC 6 (R2) Debitado diretamente ao patrimônio Debitado (Creditado)			(6.677) 2.710	(6.677) 2.710			(4.063)	(4.063)
à demonstração do resultado	(63.188)		(5.627)	(68.815)	(58.955)		(5.408)	(64.363)
Em 31 de dezembro de 2020	(377.814)	988.892	341	611.419	(376.761)	1.002.842	7.403	633.483
IR/CS Diferidos Ativo IR/CS Diferidos Passivo	219.220 (597.034)	988.892	297.734 (297.393)	1.505.846 (894.427)	228.064 (604.825)	1.002.842	320.662 (313.259)	1.551.568 (918.084)
Liquido	(377.814)	988.892	341	611.419	(376.761)	1.002.842	7.403	633.483
Debitado (Creditado) à demonstração do resultado	(34.166)		(3.468)	(37.634)	(35.705)	(155)	(4.145)	(40.005)
Em 31 de março de 2021	(411.980)	988.892	(3.127)	573.785	(412.467)	1.002.686	3.258	593.479
IR/CS Diferidos Ativo IR/CS Diferidos Passivo	198.842 (610.822)	988.892	293.834 (296.962)	1.481.568 (907.784)	206.146 (618.613)	1.002.686	314.497 (311.237)	1.523.329 (929.850)
Liquido	(411.980)	988.892	(3.127)	573.785	(412.467)	1.002.686	3.258	593.479

Segue abaixo composição das principais diferenças temporárias na apuração fiscal:

		Controladora		Consolidado
(i) Abertura diferenças temporárias	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Provisões Estoques (Quebras, bonificações, slow moving, outros) Participação dos Lucros Contingênicas (Cíveis, Fiscais, Trabalhistas) Provisões temporárias diversas	12.449 4.698 24.349 157.345	12.639 22.755 23.412 160.414	13.318 4.916 26.465 161.446	13.826 24.075 25.549 164.614
IR/CS Diferidos Ativo	198.842	219.220	206.145	228.064
		Controladora		Consolidado
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Amortização ágio fiscal de Companhias adquiridas	(610.822)	(597.034)	(618.613)	(604.825)
IR/CS Diferidos Passivo	(610.822)	(597.034)	(618.613)	(604.825)

(ii) Outras diferenças referem-se principalmente a adições na apuração de imposto de renda e contribuição social relativas a adoção de CPCs contábeis diversos os quais são adicionados para fins de apuração fiscal. No exercício de 2020, efetuamos ajustes retroativos referente ao CPC 06 os quais estão identificados no quadro.

Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais quando a realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro é considerada provável.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com as projeções elaboradas pela administração da Companhia e suas controladas, o imposto de renda e a contribuição social diferidos consolidados serão realizados a partir de 2021, os saldos serão realizados conforme os seguintes prazos:

			Consolidado
			31/03/2021
	2021		17.066
	2022		10.386
	2023		20.810
	2024		21.861
	2025		32.290
	2026		36.538
	2027		40.615
	Em diante		823.121
	IR/CS Diferidos Ativo		1.002.687
19	Receitas diferidas		
		Controladora e	<u>Consolidado</u>
		31/03/2021	31/12/2020
	Acordo operacional - Banco Bradesco S.A. (a)	200.000	200.000
	Amortização acumulada (Performance)	(3.383)	(3.383)
	Amortização acumulada (Fixa)	(60.529)	(59.014)
		136.088	137.603
	Circulante	6.381	6.317
	Não circulante	129.707	131.286

(a) Acordo operacional com Banco Bradesco S.A.

A Companhia operava um cartão de crédito privado, denominado Credi-Hiper, aceito somente em suas lojas. Em 6 de novembro de 2006, a operação do cartão Credi-Hiper foi transferida para o Banco Bradesco S.A., com base no Acordo Operacional assinado no dia 24 de maio de 2006. O Acordo, que foi efetivado com o prazo de cinco anos, renovável por mais cinco anos, estabelece que o Banco Bradesco S.A. é responsável pela operação do cartão de crédito privado e que o mesmo transferirá 50% dos resultados desta operação para a Companhia, incluindo o risco de crédito para contas duvidosas.

Em 8 de agosto de 2011, a Companhia e suas controladas celebraram novo Acordo Operacional com o Bradesco S.A., que alterou, consolidou e substituiu o acordo original. Em resumo, o novo acordo estendeu a operação do empreendimento em conjunto para outras bandeiras de atuação do Grupo Cencosud (Bretas, Perini e Mercantil Rodrigues), fixou premissas básicas para oferta de serviços financeiros em relação as futuras operações do Grupo (crescimento não orgânico) e ampliou o portfólio de produtos financeiros abarcados pelo empreendimento em conjunto, além de retificar ou ratificar aspectos operacionais da relação entre as partes. Em decorrência do novo acordo, o saldo anteriormente recebido e classificado como "Receitas diferidas", foi integralmente apropriado ao resultado.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em consequência da celebração do novo acordo foram fixados os seguintes valores a serem desembolsados pelo Bradesco: (i) R\$ 100.000 pagos em 16 de agosto de 2011, correspondentes à remuneração pela cessão de direito de participação de 50% no empreendimento em conjunto pelo prazo determinado de 16 anos; (ii) R\$ 100.000 a título de antecipação de desempenho ("Primeiro Prêmio) pagos em 16 de agosto de 2011; e (iii) R\$ 100.000 a serem pagos imediatamente ao cumprimento das metas relacionados ao "Primeiro Prêmio", vinculados ao compromisso de atingimento de novas metas em bases já pre-estabelecidas no contrato.

O reconhecimento contábil da receita referente aos recursos relacionados a remuneração pela cessão de direito de participação no empreendimento (R\$ 100.000) está sendo efetuado de maneira proporcional ao período de 16 anos de contrato. O valor recebido a título de antecipação de desempenho (R\$ 100.000) está sendo registrado no resultado do exercício de forma proporcional ao cumprimento das metas de contrato, considerando que é provável que a meta integral será atingida.

20 Participação dos empregados nos resultados - Consolidado

O plano de participação dos empregados nos resultados mantido pela Companhia foi formalizado em 2006 objetivando incentivar os empregados a alcançar as metas estabelecidas pela administração e, desde então, tem sido atualizado anualmente. Os objetivos estabelecidos estão relacionados principalmente ao atendimento das metas de vendas líquidas e resultado operacional proposto. Em 31 de março de 2021, a Companhia mantém provisionados R\$13.819 (2020 -R\$ 66.927) e no consolidado R\$ 14.459 (2020 - R\$ 70.809), tendo em vista a proporção das metas estabelecidas pela sua direção.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021, a despesa com a participação dos empregados nos lucros foi no consolidado de R\$12.566 (março de 2020 – R\$ 7.650), registrado na rubrica "Participação dos empregados nos lucros" e lançados no resultado da Companhia, conforme demonstrado na Nota 25.

21 Credores pela aquisição de controladas e ativos

O modelo de aquisição de novos negócios considera o desembolso parcelado dos valores definidos como preço dos negócios adquiridos. Os saldos em aberto destes compromissos estão apresentados abaixo:

	Controlado	Controladora e Consolidado		
	31/03/2021	31/12/2020		
Credores pela aquisição de:				
Mercantil Rodrigues	14.504	14.429		
FAG/Bretas	29.768	29.158		
Saldo em	44.272	43.587		
Circulante	29.768	29.158		
Não Circulante	14.504	14.429		

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos referem-se a ex-proprietarios das bandeiras Bretas e Mercantil Rodrigues, as quais foram adquiridas pela Companhia no processo de combinação de negócios, portanto não fazem parte das Partes Relacionadas da Companhia.

O saldo a pagar aos vendedores de Mercantil Rodrigues corresponde a retenção de preço efetuada como caução para assegurar o valor equivalente à contingência potencial até o momento não materializada.

O saldo a pagar aos vendedores de FAG/Bretas em 31 de março de 2021 refere-se à correção monetária e juros incidentes sobre a última parcela a pagar aos ex-acionistas, conforme disposto no aditivo contratual celebrado entre as partes em 17 de julho de 2018.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de 6.801.464 em lote de mil ações (2020 - 6.801.464 em lote de mil quotas), sem valor nominal (2020 - R\$ 1 por quota).

Redução de capital ocorrida durante o período findo em 31 de março de 2021, no montante de R\$ 370.000, conforme detalhes:

• Redução de capital da Companhia no montante de R\$ 370.000 mediante a restituição de capital aos acionistas, em bens, conforme AGE de 28 de janeiro de 2021 (Nota 2.4).

Em 31 de março de 2021 a composição dos quotistas da Companhia é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações (Reapresentado)	Valor	%
Cencosud Internacional Ltda. Cencosud S.A.	6.773.578 27.886	6.405.095 26.369	99,6
	6.801.464	6.431.464	100

A Companhia conforme indicado na Nota 1, mudou de Companhia Ltda para S.A. e as cotas foram convertidas para ações na razão de 1 para 1.

23 Receitas líquidas de vendas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolida	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Vendas brutas de produtos e serviços ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (i)	2.038.791	1.978.489	2.221.665 13.189	2.175.604
Impostos sobre vendas e cancelamentos	(218.368)	(203.438)	(242.572)	(228.724)
Receita líquida de vendas	1.820.423	1.775.051	1.992.283	1.946.880

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A Companhia reconheceu, créditos de PIS e COFINS decorrentes do trânsito em julgado referentes ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, detalhes da operação descritos (Nota 9.1 (d)), registro efetuado para as empresas controladas Mercantil Rodrigues e Perini que tiveram sua ação julgada nesse período.

Custos e despesas por natureza **24**

	Controladora		<u>Consolid</u>		
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(1.392.376)	(1.315.956)	(1.524.740)	(1.457.146)	
Outros Custos (consumo, embalagens, etc.)	(18.700)	(19.759)	(18.262)	(19.969)	
Salários e benefícios (Nota 25)	(138.992)	(169.497)	(149.827)	(182.837)	
Tarifas públicas	(38.996)	(40.357)	(42.857)	(44.220)	
Comissão com operações de cartões de crédito	(13.619)	(7.227)	(15.152)	(7.941)	
Honorários da administração (Nota 25)	(2.405)	(2.822)	(2.405)	(2.941)	
Participação dos empregados nos lucros (Nota 20)	(13.130)	(7.443)	(12.566)	(7.650)	
Depreciação/amortização	(81.283)	(85.276)	(88.514)	(92.414)	
Outras despesas	(90.003)	(110.417)	(98.131)	(121.278)	
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	(1.789.504)	(1.758.754)	(1.952.454)	(1.936.396)	
	C	ontroladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(1.422.968)	(1.347.988)	(1.556.093)	(1.490.641)	
Despesas com vendas	(241.541)	(232.292)	(262.812)	(254.671)	
Despesas Gerais e administrativas	(124.995)	(178.474)	(133.549)	(191.084)	
Total do custo das vendas e despesas com vendas e administrativas	(1.789.504)	(1.758.754)	(1.952.454)	(1.936.396)	

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Salários e benefícios

	Controladora		ntroladora	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Salários Encargos trabalhistas Participação dos empregados nos resultados (Nota	(113.613) (43.942)	(115.112) (46.325)	(123.039) (46.861)	(125.405) (49.392)
20) Transporte de funcionários Previdência privada	(13.130) (6.028) (146)	(7.443) (7.620) (80)	(12.566) (6.353) (158)	(7.649) (8.252) (87)
Assistência médica (i)	10.441	(15.455)	11.087	(16.167)
	(166.418)	(192.035)	(177.890)	(206.952)
Reconciliação das despesas de benefícios a empregados Despesa de benefícios a empregados alocados a				
despesa com logística	11.892	12.273	13.093	13.525
Honorários da administração Participação dos empregados nos resultados (Nota	2.405	2.822	2.405	2.941
20)	13.130	7.443	12.566	7.650
Total das despesas de benefícios a empregados	(138.991)	(169.497)	(149.826)	(182.836)

(i) De acordo com a jurisprudência vinculante do STJ que estabeleceu que todas as despesas essenciais ou relevantes para a empresa (incluindo as despesas obrigatórias por lei), pagas a pessoas jurídicas são passíveis de creditamento dos valores de PIS/COFINS no regime da não-cumulatividade, a Companhia apurou e lançou em seu balanço os valores relativos as despesas vinculadas à mão-de-obra operacional, que são determinadas por lei específica ou por acordos ou convenções coletivos de trabalho (com força de lei), tais como o vale-transporte, o vale-refeição e os planos de saúde, bem como benefícios similares.

26 Outras receitas, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Apropriação de receita diferida	1.418	1.418	1.418	1.418
Resultado de acordo operacional (Nota 7 (b))	8.207	3.299	8.207	3.299
Variação cambial	(2.626)	(5.560)	(2.632)	(5.560)
Outras receitas (despesas), líquidas	2.592	(3.181)	3.856	(2.988)
Outras receitas, líquidas	9.591	(4.024)	10.849	(3.831)

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Resultado financeiro, líquido

	Controladora			Consolidado
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras Receitas financeiras de depósitos bancários de curto prazo Efeitos líquidos da atualização monetária dos créditos tributários ICMS na base do PIS e da	1.103	916	1.119	917
COFINS (i)			4.073	
Outras receitas financeiras	4	2	4	2
Receitas financeiras	1.107	918	5.196	919
Despesas financeiras				
Despesas com juros de financiamentos (ii) Despesas com atualização monetária (iii)	(8.583) (4.619)	(5.461) (3.629)	(8.894) (4.627)	(5.679) (3.620)
Ajuste a valor presente	(9.644)	(18.289)	(10.295)	(19.689)
Passivos de arrendamento	(22.427)	(10.949)	(23.754)	(11.793)
Outras despesas financeiras	(278)	(944)	(285)	(948)
Despesas financeiras	(45.551)	(39.272)	(47.855)	(41.729)
Resultado financeiro, líquido	(44.444)	(38.354)	(42.659)	(40.810)

- (i) A Companhia reconheceu, créditos de PIS e COFINS decorrentes do trânsito em julgado referentes ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, detalhes da operação descritos (Nota 9).
- (ii) Despesas financeiras com juros nas antecipações de recebíveis;
- (iii) Outras despesas bancárias para manutenção das operações da Companhia, além de juros em renegociações de prazo com fornecedores;

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Despesa de imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora			Consolidado
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	5.648	(34.793)	8.019	(34.156)
Tributos à alíquota nominal (34%)	(1.920)	11.830	(2.726)	11.614
Equivalência patrimonial	3.258	(2.962)		
Outras diferenças permanentes (i)	5.815	(792)	7.144	(802)
Plano de opções de ações	(98)		(98)	
Imposto após Compensação (30%)			364	
Crédito de IR/CS diferido não constituído (ii)	(44.689)	(12.471)	(44.689)	(15.843)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(37.634)	(4.394)	(40.005)	(5.031)
imposto de renda e contribuição sociai no resultado	(3/.034)	(4.394)	(40.005)	(5.031)
Alíquota efetiva dos tributos	666%	13%	499%	15%

(i) Saldo de outras diferenças permanentes composto principalmente pelas provisões para realização de impostos, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			Consolidado
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Atualização Financeira			1.385	
Provisões para realização de impostos	6.826	0	6.826	0
Eventos e patrocínios	(533)	(294)	(573)	(296)
Outras	(478)	(498)	(495)	(506)
Outras diferenças permanentes	5.815	(792)	7.144	(802)

(ii) Crédito de IR/CS diferido não constituído em linha com as estimativas da Companhia na geração de lucro tributável futuro, abaixo demonstramos a natureza dos saldos de impostos diferidos não reconhecidos:

	C	Controladora		Consolidado
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Prejuízo fiscal sobre operação	(30.901)	(12.471)	(30.901)	(15.843)
Prejuízo fiscal sobre amortização do ágio	(13.788)		(13.788)	
Crédito de IR/CS diferido não constituído	(44.689)	(12.471)	(44.689)	(15.843)

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Informação por segmento

A Companhia reporta a informação por segmento de acordo com as disposições do CPC 22 / IFRS 8 "Segmentos operacionais". Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade sobre a qual possui informações financeiras separadas que são avaliadas regularmente.

Nas informações do segmento, todas as transações relacionadas entre os diferentes segmentos operacionais foram eliminadas.

(a) Critérios de segmentação.

Para efeitos de gestão, a Companhia é centralizada na divisão operacional Supermercados, que é a base sobre a qual a Companhia toma decisões sobre suas operações e alocação de recursos, essa divisão pode ser dividida por tipo de operação conforme abaixo:

- Varejo Inclui as bandeiras "G Barbosa", "Bretas", "Prezunic" e Perini, com o varejo de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos que completam o portfólio por meio de sua cadeia de lojas de hipermercados, supermercados, lojas de eletro "eletroshow", farmácias, postos de gasolina, *delicatessen* e cafés e plataformas de comércio eletrônico.
- Atacado de Autoserviços (Atacarejo) Inclui a bandeira "Mercantil Rodrigues"
- Serviços Financeiros Operação Joint Venture em parceria com a instituição bancária Bradesco responsável pela operação do cartão de crédito privado da Companhia, segmento não relevante para divulgação.

As operações citadas são reportadas de forma consistente com a apresentação de relatórios internos utilizados pela gestão no processo de tomada de decisão e controle de gestão, considerando-os numa perspetiva associada ao tipo de negócio e área geográfica.

Os segmentos operacionais reportáveis derivam suas receitas principalmente da venda de produtos e da prestação de serviços ao consumidor final no varejo. Não há cliente que represente mais de 5% da receita consolidada, ou de um segmento específico.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma no período findo em 31 de março de 2021:

VarejoAtacado de Autoserviços7%

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias

Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Varejo		Atacado	E	liminações		Total
Operação	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
	(Reapresentado)							
Receita Líquida de Vendas	1.812.208	1.803.595	180.102	143.298	(27)	(13)	1.992.283	1.946.880
Custo dos Produtos Vendidos	(1.408.632)	(1.366.857)	(147.490)	(123.796)	27	13	(1.556.095)	(1.490.640)
Lucro Bruto	403.576	436.738	32.612	19.502			436.188	456.240
Depreciação e Amortização							(88.514)	(92.415)
Lucro Operacional							50.678	6.654
Resultado Financeiro líquido							(42.659)	(40.810)
Lucro (prejuízo) antes do IR CSLL							8.019	(34.156)
IR e CSLL							(40.005)	(5.031)
Lucro (prejuízo) líquido do período							(31.986)	(39.187)
	31/03/2021	31/12/2021	31/03/2021	31/12/2021	31/03/2021	31/12/2021	31/03/2021	31/12/2021
Ativo Circulante	1.585.262	1.798.809	79.498	84.382	(58.845)	(55.996)	1.605.915	1.827.195
Ativo Não Circulante	4.013.416	4.475.369	141.227	134.012	(47.631)	(52.219)	4.107.012	4.557.162
Passivo Circulante	1.847.392	2.107.478	169.403	165.792	(58.845)	(55.996)	1.957.950	2.217.274
Passivo Não Circulante	991.362	1.015.385	107.235	95.474	(47.631)	(52.219)	1.050.966	1.058.640
Patrimônio Líquido	2.742.674	3.151.315	(38.663)	(42.872)			2.704.011	3.108.443

Eliminações no resultado referem-se a vendas entre os segmentos, eliminações entre saldos de ativos e passivos referem-se a transações de conta corrente e Notas de débito entre as partes, para maiores detalhes (Nota 30).

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, eletrodomésticos, postos de combustíveis e farmácia, a receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

	Controladora		
	31/03/2021	31/03/2020	
G Barbosa	616.404	584.515	
Bretas	475.656	499.537	
Prezunic	626.278	596.766	
Mercantil (Atacado)	143.053	143.285	
Perini	32.307	31.701	
Eletro	48.864	42.782	
Postos, Drogarias e outros	49.722	48.293	
Total receitas, líquidas	1.992.283	1.946.880	

⁽i) Eliminação da receita entre os seguimentos em R\$ 27 (31.03.2020 - R\$ 13) conforme abertura do quadro Nota 29 (a).

30 Saldos e transações com partes relacionadas

30.1 Consolidado

O grupo é controlado pela Cencosud S.A (constituída no Chile) que detém 99,5% das ações da Companhia. Transações com Companhias estrangeiras do grupo, não controladores:

	Controladora e Consolidado		
	31/03/2021	31/12/2020	
Passivo Cencosud Chile	510	000	
Cencosud Chile	519	393	
	519	393	
	Controladora	e Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	
Resultado (Despesa)			
Cencosud Chile	1.050	779	
	1.050	779	

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos referem-se a prestação de serviços centralizados pela Cencosud S.A., com a cobrança de Notas de Débito à Cencosud Brasil Comercial S.A. referente a compartilhamento e rateio de despesas.

30.2 Controladora

Companhia é controladora das Companhias Mercantil Rodrigues e Perini Comercial, com as quais ocorreram as transações demonstradas abaixo:

(a) Vendas de produtos e serviços

	31/03/2021	31/03/2020
Vendas de produtos a:		
Cencosud Comercial	3.367	3.157
Mercantil Rodrigues	27	13
Perini Comercial	133	1
	3.527	3.171

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração são os membros da Diretoria. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por vinculação empregatícia, está apresentada a seguir:

		Controladora e Consolidado	
		31/03/2021	31/03/2020
	Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados Participação no resultado	2.405 6.100	2.941 4.922
		8.504	<u>7.863</u>
(c) Conta corrente com partes relacionadas	Conta corrente com partes relacionadas —		Controladora
	_	31/03/2021	31/12/2020
	Ativo		
	Mercantil Rodrigues	47.631	52.219
	Perini	69.162	<u>54.676</u>
	_	116.793	106.895

O saldo é representado por conta corrente entre a Companhia e suas controladas, devido à administração centralizada das disponibilidades.

Durante o período findo em 31 de março de 2021 foram concedidos pela Companhia às companhias controladas Mercantil Rodrigues e Perini o montante de R\$ 100.853 (2020 - R\$ 146.973) em contra partida as companhias controladas efetuaram pagamentos no montante de R\$ 90.955 (2020 - R\$131.574), saldos referem-se a operação de caixa centralizado onde a empresa controladora possui a gestão e centralização do caixa e disponibiliza para as empresas controladas utilizarem para fins manutenção de suas respectivas operações.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Qualquer uma das correntistas poderá retirar-se a seu exclusivo critério, desde que dê ciência da sua intenção à Companhia com antecedência mínima de 90 (noventa dias), a duração do contrato possui prazo indeterminado.

(d) Prestação Serviços Centralizada

A Companhia possui transações com suas controladas relativas a sua prestação de serviço (compartilhamento e rateio de custos e despesas) que são cobradas via emissão de Notas de Débitos, no período findo em 31.03.2021 os saldos em aberto são R\$ 58.845 junto a controlada Mercantil Rodrigues e R\$ 11.746 junto a controlada Perini, abertura na Nota 11.

(e) Cisão imóveis próprios

Conforme detalhes Nota 2.4, a Companhia efetivou a cisão de imóveis próprios a empresa do grupo Cencosud Imobiliária Ltda, a qual essa nova parte relacionada será responsável pela gestão imobiliária dos ativos, com essa operação a Companhia passa a partir de abril de 2021 a ter operações de locação das 18 lojas com operações de varejo que estão sob gestão da nova empresa.

Os contratos de locação entre as empresas estão abarcados em 100% variáveis, não gerando dessa forma o registro de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento por estarem abarcados em contratos 100% variáveis.

31 Resultado por ações

A Companhia calcula o lucro por ações por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada de ações ordinárias durante o período.

O quadro abaixo apresenta o cálculo do lucro básico e diluído por ações no período:

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	31/03/2021	31/03/2020		
	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(31.986)	(39.187)		
Quantidade média ponderada de ações em circulação (i)	6.801.464	7.068.634		
Lucro básico por ações - R\$	(0,005)	(0,006)		

(i) de acordo com o exposto no CPC 41 parágrafo 64, os resultados por ação básicos e diluídos para todos os períodos comparativos devem ser ajustados quanto aos efeitos retroativos. A Companhia teve como principais efeitos retroativos a data base comparativa de 31 de março de 2020:

- A redução de capital em R\$ 267.170 realizada em 31 de dezembro de 2020;
- A cisão de ativos em R\$ 370.000 (Nota 2.4) realizada em março de 2021;
- Variações de resultados acumulados entre os períodos;

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.1 Plano de incentivo baseado em ações

A controladora chilena da Companhia possui plano de incentivo atrelado a ações, dessa forma a Companhia possui e pode vir a possuir membros da sua administração que sejam beneficiários do programa. O referido plano elaborado com base na legislação chilena, prevê outorgas de opções extraordinárias e discricionárias para seus beneficiários, a outorga de ações como forma de bonificação para retenção dos profissionais do grupo no longo prazo é feita pela controladora da Companhia no Chile, independente às operações no Brasil, os detalhes do acordo são descritos abaixo:

Acordo	Opções sobre ações concedidas
Natureza do acordo Data da concessão Número de instrumentos de patrimônio concedidos	Plano de incentivo de permanência 2020 – Stock Options 02/06/2020 611.279
Valor de Mercado na data da concessão Períodos de premiação (Anos)	7,89 0,95; 1,98 e 3,02 Anos
	O direito do Executivo de receber as ações acima mencionadas estará sujeito às seguintes condições copulativas e suspensivas:
	a) Que o Executivo assinou um acordo de Cessão de Ações com a Cencosud S.A. ou uma de suas subsidiárias.
Condições de aquisição do direito de opção de subscrição	b) Que o Executivo no momento da assinatura do contrato de Cessão de Ações tem um contrato de trabalho em vigor com a Companhia ou uma de suas subsidiárias no Chile ou no exterior e a referida relação de trabalho não foi interrompida ou foi rescindida, qualquer que seja a causa da referida interrupção ou rescisão, entre a data de assinatura deste contrato e a Transferência das Ações.
Pagamento pelo executivo no exercício da opção Preço Médio Ponderado de Ações Utilizado	Remuneração em espécie 7,89
Volatilidade esperada Vida da opção (anos)	30% 0,9; 1,9 ; 2,9 e 3,9 Anos 0,64%
Juros livre de risco Valor justo determinado por instrumento concedido na data de outorga	<u>5,88</u>
Impacto em Resultado (01.01.2021 a 31.03.2021)	286
57 de 61	

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Movi	Movimentação Ações		
	31.03.2021	31.12.2020		
 1 - Ações existentes inicio do exercício 2 - Ações outorgadas durante o exercício 3 - Anuladas durante o exercício 4 - Exercidas durante o exercício 5 - Vencidas ao final do exercício 	611.279	611.279		
6 – Existentes ao final do exercício 7 – Sucessivel de ser exercido ao final do exercício	611.279 611.279	611.279 611.279		

Em relação ao Plano 2020, as opções existentes em 31 março de 2021 tiveram vida útil média ponderada de 0,05 anos, 0,26 anos e 0,49 anos respectivamente

A Companhia utiliza um modelo de avaliação baseado em premissas de volatilidade constante esperada e retorno médio constante, que inclui o efeito do pagamento de dividendos, para valorizar os planos de entrega de ações para seus funcionários. Os valores esperados das ações na data de execução de cada plano de entrega garantida foram estimados usando o modelo de projeção de preços Black Scholes.

A volatilidade e os retornos esperados são baseados em informações de mercado, o cálculo consiste em determinar o desvio padrão dos retornos e o retorno médio dos preços de fechamento históricos das ações da Companhia ao longo de um horizonte temporal de 8 anos.

32 Cobertura de seguros (Não auditado)

O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Propriedades e Lucros Cessantes	Incêndio e riscos diversos	491.607
		491.607

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 Ativos dados em garantia

	Con	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
Não circulante Ativos Imobilizados (Nota 12)	10.176	30.736	10.176	30.736	
Total de ativos dados como garantia	10.176	30.736	10.176	30.736	

34 Compromissos

(a) Contrato de serviço de construção de lojas Bretas

Em conexão com a assinatura do contrato de compra e venda das quotas de FAG/Bretas, foi também celebrado um contrato de prestação de serviços cujo objeto é a execução de investimentos para construção de 35 novas lojas em propriedade de terceiros a serem alugadas à rede Bretas em condições semelhantes às condições contratuais vigentes para outras lojas também de propriedade do mesmo grupo econômico contratado.

O montante contratado totaliza R\$ 300.000 e será desembolsado à medida da execução das obras. O contrato prevê a atualização dos valores pela variação do IPCA, acrescido de juros de 2% ao ano. Do total do contrato, já foram pagos R\$ 251.677 contabilizados na rubrica de "Benfeitorias".

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Eventos Subsequentes

(a) <u>Julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional e decorrentes do Recurso Extraordinário (RE) 574.706</u>

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no dia 13 de maio de 2021, nos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional e decorrentes do Recurso Extraordinário (RE) 574.706, julgado em sede de repercussão geral, pela modulação dos efeitos do acórdão proferido a partir de 15 de março de 2017 (data do julgamento da tese na suprema corte), bem como esclareceu que a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo das contribuições PIS/Cofins deve ocorrer pelo valor do imposto estadual destacado em nota fiscal, e não pelo valor do imposto efetivamente recolhido/apurado.

Decisão que não afeta as demonstrações financeiras da Companhia, tendo em vista que a apuração dos créditos foi efetuada pelo destacado em nota fiscal conforme decisão do STF.

(b) <u>Absorção de prejuízos acumulados</u>

Em 30 de junho de 2021, o capital social da Companhia passou de R\$ 6.431.464 para R\$ 2.717.229 representado por 6.801.464 lote de mil ações mediante absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 3.714.235.

(c) Autuação PIS Cofins

A Companhia recebeu autos de infração lavrados para cobrar supostos débitos de PIS e COFINS relativos aos meses de janeiro a junho de 2016, em decorrência da:

- Glosa de créditos apurados pela Cencosud em relação à amortização e depreciação de edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros;
- Não tributação de receitas relativas ao comércio no mercado interno, de determinados produtos e ao recebimento de bonificações, doações e descontos de fornecedores.

Os valores principais foram acrescidos de juros e multa de ofício perfazendo o montante histórico de aproximadamente R\$ 161.924, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia autuações possuem avaliação de probabilidade de perda possível

(d) <u>Julgamento pelo STF do Recurso Extraordinário no 1.063.187 - Não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a Selic</u>

No julgamento de mérito do RE no 1.063.187 concluído em 24 de setembro de 2021, o STF fixou a tese do Tem no 962 no sentido de ser "... inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário". A tese proposta pelo relator Ministro Dias Toffoli foi que a Selic se constitui em indenização pelo atraso no pagamento de dívida, não representando um acréscimo patrimonial que é o fato gerador para a tributação do IRPJ e da CSLL. A decisão, sob a sistemática de repercussão geral, foi unânime entre os Ministros.

Na hipótese de oposição de embargos de declaração objetivando a modulação de efeitos em matéria tributária, o STF tem se posicionado no sentido de preservar o direito dos contribuintes que ingressaram com ação judicial própria até a data da conclusão do julgamento de mérito (neste caso, até 24 de setembro de 2021). Portanto, é provável que o julgamento de uma eventual modulação de efeitos pelo STF leve em

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consideração a data do próprio julgamento do mérito (24 de setembro de 2021) ou algum momento futuro a ser fixado.

A Cencosud, em 13 de março de 2021, impetrou Mandado de Segurança pleiteando a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes a taxa SELIC aplicada sobre indébitos tributários e previdenciários. O Grupo, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, e amparados na melhor interpretação da legislação vigente, não efetuou recolhimento de IRPJ e CSLL por atualização SELIC sobre indébitos tributários, e concluiu que tal decisão não afeta as demonstrações financeiras da Companhia.